

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA HILDA BORGES DE CAMARGO COSTA

**CONSTRUINDO LUGARES PARA IDOSOS E CRIANÇAS: UM ESTUDO
SOBRE DOCILIDADE AMBIENTAL E COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM**

FLORIANÓPOLIS

2022

MARIA HILDA BORGES DE CAMARGO COSTA

**CONSTRUINDO LUGARES PARA IDOSOS E CRIANÇAS: UM ESTUDO
SOBRE DOCILIDADE AMBIENTAL E COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado na Universidade Federal de Santa Catarina
para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista.

Orientadora: Profa. Dra. Máira Longhinotti Felippe

FLORIANÓPOLIS

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Costa, Maria Hilda Borges de Camargo

Construindo lugares para idosos e crianças: um estudo
sobre Docilidade Ambiental e Comunidades de Aprendizagem /
Maria Hilda Borges de Camargo Costa ; orientadora, Maira
Longhinotti Felipe, 2022.

107 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico,
Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Relações
Intergeracionais. 3. Comunidades de Aprendizagem. 4.
Psicologia Ambiental e Docilidade Ambiental. 5. Pré
requisitos e Condições Espaciais Facilitadoras. I. Felipe,
Maira Longhinotti . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre o relacionamento intergeracional entre idosos, crianças e adolescentes. A partir da análise das características das Comunidades de Aprendizagem e da compreensão da teoria da Docilidade Ambiental, este trabalho visa demonstrar como a relação entre esses dois grandes conceitos pode influenciar nas propostas projetuais de espaços que permitam a ocorrência de contatos intergeracionais. O objetivo é buscar respostas de como deve ser o ambiente para a realização de atividades que beneficiem as relações intergeracionais. A pesquisa realizada teve caráter bibliográfico, descritivo e exploratório. Com a compreensão do conceito formador das Comunidades de Aprendizagem, percebeu-se que o mesmo pode ser aplicado a qualquer tipo de ambiente e que sendo aplicados a espaços em que a Docilidade Ambiental se faz presente, torna-se muito mais fácil a ocorrência de relações intergeracionais entre crianças e idosos. E a partir desse entendimento formulam-se Condições Espaciais Facilitadoras que servirão de guias para futuros projetos arquitetônicos.

Palavras-chave: "relações intergeracionais", "co-educação entre idosos", "narrativas intergeracionais", "práticas coeducativas intergeracionais", "contato intergeracional", "fazenda infantil intergeracional", "socialização", "docilidade ambiental"

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1. RELAÇÕES INTERGERACIONAIS.....	09
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO IDOSO E DA CRIANÇA.....	09
1.2 IDOSO, CRIANÇA E O CONTATO INTERGERACIONAL.....	11
1.3 RELATOS DE EXPERIÊNCIA.....	12
2. COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM.....	21
2.1 CARACTERIZAÇÃO.....	21
2.2 ATUAÇÕES EDUCATIVAS DE ÊXITO.....	23
2.3 PRINCÍPIOS ORGANIZADORES.....	25
2.4 EXPERIÊNCIAS.....	28
2.5 BENEFÍCIOS/ RELEVÂNCIA	30
3. DOCILIDADE AMBIENTAL.....	32
4. RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS.....	38
5. CONTRIBUIÇÃO.....	48
5.1 PRÉ-REQUISITOS.....	48
5.2 CONDIÇÕES ESPACIAIS FACILITADORAS.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE.....	75

INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho trata sobre o relacionamento intergeracional entre idosos, crianças e adolescentes. Busca também, através do estudo sobre as características das Comunidades de Aprendizagem e da compreensão da teoria da Docilidade Ambiental, demonstrar a relação entre esses dois grandes conceitos e como eles podem influenciar nas propostas projetuais dos ambientes para a realização de atividades que proporcionem relações intergeracionais, orientando a elaboração do programa e que tipo de organização espacial é necessária.

Na busca por bibliografia sobre o tema, encontrou-se o artigo publicado na *The Gerontologist* (UHLENBERG, 2000), o qual apresenta dados estatísticos sobre a expectativa do número de crianças e idosos até 2030, que será de 1:1. O artigo traz a necessidade de realização de estudos sobre essas relações intergeracionais, que são ainda pouco exploradas, e apresenta duas perspectivas pelas quais os idosos (acima de 65 anos) e as crianças (abaixo de 18 anos) são relacionados na sociedade americana. A primeira diz respeito à situação de competir pelos recursos advindos da camada produtiva para suas classes dependentes. Isso significa que ambos dependem da faixa etária intermediária, sendo vistos como duas classes etárias que não poderiam fazer nada uma pela outra. Essa perspectiva de classes separadas vem da estratificação familiar, onde existem 3 faixas: a das crianças que só estudam, a dos adultos que trabalham e dos idosos que estão aposentados, vistos como improdutivos e dependentes (UHLENBERG, 2000).

Outra visão apresentada é de relação entre avós/avôs e seus netos(as), afirmando a importância da afetividade, mas apresenta crítica pela falta de estudos sob esse ponto de vista e bem como sobre a relação intergeracional sem laços consanguíneos. Esse artigo (UHLENBERG, 2000) enfatiza a importância de realização de mais estudos sobre o tema, já que pouco se encontra bibliografia específica sobre essa questão, percebendo-se como uma área de atuação para realização de projetos teóricos ou práticos para o Arquiteto e Urbanista.

Diante da leitura do referido artigo, percebeu-se a importância em estudar o tema sob o ponto de vista social, já que este é um papel importante do arquiteto e urbanista, que deve sempre buscar a melhoria da qualidade de vida nas cidades e na relação entre as pessoas. Outro ponto que justifica a importância do tema deste trabalho, são as reflexões que surgem diante da Pandemia da Covid-19 em relação aos seus efeitos sobre os idosos e crianças. Pode-se dizer, pois, que foram as duas gerações que mais sofreram com o isolamento social imposto pela pandemia, os quais não puderam mais se relacionar fisicamente com familiares, amigos, netos(as), avós(ôs). E como será mostrado ao longo do desenvolvimento do trabalho, os benefícios dessa relação intergeracional são vários, trazendo a necessidade de buscar Condições Espaciais Facilitadoras para novos projetos que permitam esse contato.

Este trabalho também justifica-se pelos benefícios que representa o incentivo ao estímulo das interações entre idosos e crianças. Entre eles, a melhoria da qualidade de vida e diminuição do isolamento social dos idosos; uma mudança na percepção da importância dos idosos na participação social, fazendo com que desde cedo as crianças e jovens aprendam que idosos têm muito a contribuir ainda com suas experiências e conhecimento, e conseqüentemente pode haver uma mudança na visão do que é o envelhecer.

Este estudo poderia ser um trabalho técnico, que já fosse direto à materialização de um lugar onde as relações intergeracionais pudessem ocorrer, mas a análise e compreensão dos conceitos sobre os quais se desdobra não ocorreria. Nesse ponto abro um parênteses sobre o que é um ensaio teórico. No ensaio não existe a necessidade de uma conclusão formalista, cada parte torna-se uma conclusão por si mesma, geradas para as reflexões trazidas inicialmente como os questionamentos do ensaio. Sobre ensaio teórico, Meneghetti, (2011, n.p.) argumenta:

Não é estudo teórico, baseado em revisões teóricas que, posteriormente, vão amparar pesquisas empíricas ou reflexões conceituais, formatadas dentro da divisão clássica da ciência. Ensaio também não é forma facilitada de produção científica, em que é exigida apenas a razão do escritor, a partir da escolha do tema. O ensaísta precisa transgredir a forma convencional e tradicional de

pensar a realidade, pois só assim pode gerar conhecimento original e diferenciado. O ensaísta é antes de tudo um experimentador e não reproduzidor de conhecimento ou produto de reflexões presas à formalidade do método. (MENEGETTI, 2011, n.p.)

Assim sendo, a importância desse ensaio experimental consiste em discorrer sobre a percepção de conceitos que não aparecem juntos na literatura, mas que podem ser relacionados e podem ser aplicados conjuntamente em Condições Espaciais Facilitadoras para futuros projetos arquitetônicos. Uma das contribuições do presente trabalho é ajudar a demonstrar que as Comunidades de Aprendizagem, apesar de serem pensadas para o ambiente escolar, têm princípios que podem ser extrapolados para novos lugares, já a Docilidade Ambiental, a qual foi pensada essencialmente para idosos, é uma teoria que pode ser também utilizada para beneficiar as crianças.

Portanto, três grandes conceitos serão analisados neste trabalho: (1) Relações Intergeracionais entre idosos e crianças, como elas podem acontecer, e quais características ambientais as favorecem; (2) Comunidades de Aprendizagem, que podem ser entendidas como um modelo de transformação dos modos de aprendizagem e da sociedade como um todo, pois permitem a participação ativa da comunidade que está sendo transformada; e (3) Docilidade Ambiental, cuja teoria diz, de maneira geral, que as qualidades dóceis de um ambiente permitem o desenvolvimento das aptidões de uma pessoa.

A união desses temas permitiria estudar como se forma uma Comunidade de Aprendizagem, quais as dinâmicas que apresentam e como elas ocorrem; bem como entender a teoria da Docilidade Ambiental, como ela pode influenciar aptidões; para então encontrar as características para a construção de espaços que permitam e incentivem as relações intergeracionais, buscando elementos e qualidades ambientais para o desenvolvimento de Condições Espaciais Facilitadoras de projeto.

O objetivo geral deste trabalho é buscar as respostas sobre como deveria ser o ambiente para a realização de atividades que proporcionem e favoreçam as relações intergeracionais através do estudo das características

de uma Comunidade de Aprendizagem e da Docilidade Ambiental. Já os objetivos específicos são caracterizar a relação idoso-criança; caracterizar as redes de comunidades de aprendizagem; descrever o conceito de docilidade ambiental; vislumbrar possibilidades de conexão entre os temas; buscar relatos de experiência; encontrar os benefícios das relações almejadas; e buscar quais características ambientais favorecem a relação intergeracional.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, realizada através de livros, artigos, dissertações e teses. Sites como Maxwell da PUC-Rio, o Portal de Periódicos da Capes, o Portal de Artigos Científicos Scielo e o Catálogo de Dissertações e Teses da UFSC foram utilizados para a pesquisa, usando-se palavras-chave como: "relações intergeracionais", "co-educação entre idosos", "narrativas intergeracionais", "práticas coeducativas intergeracionais", "contato intergeracional", "fazenda infantil intergeracional", "socialização", "docilidade ambiental".

Apresenta-se, a seguir, o trabalho estruturado em 5 capítulos:

O primeiro trata sobre as Relações Intergeracionais, mostrando a importância de ser promovida, caracterizando idosos e crianças, bem como relatos de experiências intergeracionais. O segundo capítulo apresenta as Comunidades de Aprendizagem, trazendo suas características, quais são os princípios norteadores, como são formadas e alguns relatos de experiência, o qual tem o objetivo de mostrar como podem ser os espaços que propiciem os contatos intergeracionais. No terceiro capítulo será apresentada a teoria da Docilidade Ambiental, hipótese elaborada dentro da Psicologia Ambiental, a qual diz que ambientes dóceis permitem um melhor desenvolvimento das habilidades. Esse é um conceito importante para o desenvolvimento das Condições Espaciais Facilitadoras de projeto almejadas pelo trabalho. No capítulo quatro explica-se a lógica e visão que se teve em relacionar os temas dos capítulos anteriores, para então levar à elaboração dessas condições de projeto que serão desenvolvidas no quinto capítulo.

1. RELAÇÕES INTERGERACIONAIS

Neste capítulo serão abordados os aspectos mais teóricos sobre o idoso e a criança, e as formas de como se dá sua relação. Serão relatadas experiências sobre o tema, os benefícios encontrados ao se proporcionar encontros entre gerações e, também, a importância da análise de pontos da Psicologia Ambiental e Comunidades de Aprendizagem.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO IDOSO E DA CRIANÇA

As crianças iniciam seu desenvolvimento psicomotor desde o ventre da mãe (NEGREIROS, 2019, p. 378), pois antes mesmo de nascer já está sendo moldada a formação cerebral através das características genéticas dos pais e da relação dessa criança com o ambiente em que for inserida nos anos iniciais de vida.

O desenvolvimento motor de uma criança passa por algumas fases e é entendido como um conjunto de alterações no comportamento e nos movimentos de uma pessoa, dependendo de processos de amadurecimento e aprendizagem. Quanto mais cedo instigados e estimulados, melhor o seu desenvolvimento. Existem quatro fases fundamentais de desenvolvimento motor infantil que ocorrem até os 7 anos de idade (NEGREIROS, 2019, p. 378): a fase motora reflexa, a fase de movimentos rudimentares, a fase de movimentos fundamentais e a fase de movimentos especializados.

Entende-se como fase motora reflexa aquela dos primeiros movimentos de um bebê, os quais são involuntários e no qual ocorrem os primeiros contatos com o ambiente a sua volta. O bebê aprende a perceber seu corpo e o ambiente externo. Na fase de movimentos rudimentares os movimentos já são voluntários e importantes para a sobrevivência, os quais são movimentos estabilizadores, como o controle da cabeça, do pescoço; movimentos como alcançar, segurar e soltar, movimentos locomotores de engatinhar e caminhar, que são observados desde o nascimento até os dois anos. Na fase de

movimentos fundamentais as crianças já estão conscientes da sua capacidade motora e seu desenvolvimento, e já passam a explorar e experimentar seus movimentos. Na fase de movimentos especializados, as crianças desenvolvem movimentos mais desafiadores, onde aprendem habilidades de estabilização e locomoção que são continuamente aprimoradas. Já conseguem pular em um pé só e já praticam atividades esportivas mais complexas.

Portanto, as crianças estão em pleno desenvolvimento físico, psíquico, motor e social, assim sendo o desenvolvimento de uma criança é um processo contínuo e dinâmico que permite a aquisição de novas aptidões a cada etapa de crescimento. Aptidões como fala, locomoção, sensoriais e socioemocionais são obtidas através da relação com mãe/pai, avô/avó, irmã/irmão e demais pessoas de seu convívio social. É nessa etapa da vida que o desenvolvimento psicossocial ocorre, onde a criança começa a percepção do que é o convívio e relacionamento com outras pessoas. (PEDROSO; AGUIAR, 2017, p.2).

Vale ressaltar que a qualidade do desenvolvimento da criança depende de suas experiências ambientais e da qualidade das relações pessoais, pois segundo Negreiros (2019, p. 378), a qualidade do desenvolvimento das crianças depende da capacidade de estímulo do ambiente e grupo social em que vivem. Neste ponto vale ressaltar a importância das relações intergeracionais, através de um convívio saudável com pessoas idosas com trocas de experiências e desenvolvimento de atividades que estimulem a aquisição de novas aptidões, em ambientes de qualidade, que irão permitir o desenvolvimento psicomotor das crianças e que também trarão inúmeros benefícios à saúde dos idosos, como veremos adiante.

Diferente das crianças, que estão em seu florescer de desenvolvimento, temos o processo de envelhecimento pelo qual passam os idosos, que pode ser caracterizado como algo natural, orgânico e irreversível, onde ocorrem mudanças biológicas, cognitivas e sociais. Essas alterações fazem com que o idoso muitas vezes tenha limitações visuais, auditivas, táteis e olfativas. O idoso pode apresentar maiores dificuldades de locomoção, de equilíbrio ao caminhar, perda de força muscular, maior lentidão para respostas a estímulos, dores articulares, entre outros. A Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) define envelhecimento como: "um processo seqüencial, individual,

acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio-ambiente e, portanto, aumente sua possibilidade de morte” (BRASIL, 2006, p.8).

O processo de envelhecimento ocorre de maneiras distintas entre as pessoas, e este depende de fatores ambientais e de estilo de vida. As escolhas pessoais ao longo da vida determinam o modo como ocorrerá o envelhecimento, se com mais saúde ou com maiores limitações. Muitos processos degenerativos e doenças nos idosos podem ser minimizados através da adoção de um estilo de vida mais ativo e inclusivo, com a diminuição do isolamento social.

Segundo o Ministério da Saúde, o principal problema enfrentado na atenção à saúde da pessoa idosa é poder proporcionar uma máxima qualidade de vida, "apesar das progressivas limitações que possam ocorrer". As possibilidades de gerir a própria vida com qualidade "aumentam na medida em que a sociedade considera o contexto familiar e social e consegue reconhecer as potencialidades e o valor das pessoas idosas" (BRASIL, 2006, p.9). Assim, a maior dificuldade das pessoas idosas está no modo como a sociedade os exclui, desvaloriza e restringe.

Conclui-se ao analisar as características do desenvolvimento das crianças e do processo de envelhecimento dos idosos, que o estímulo e a promoção de espaços em que possam ocorrer atividades de contato intergeracional trazem inúmeros benefícios na saúde desses dois grupos sociais. A seguir será discutido mais sobre como pode se dar esse contato intergeracional e quais os benefícios apresentados.

1.2 IDOSO, CRIANÇA E O CONTATO INTERGERACIONAL

O envelhecimento populacional é atualmente uma situação mundial devido ao menor número de filhos nas famílias e o aumento da expectativa de vida. Consequentemente, há um crescimento da população idosa em relação

aos outros grupos. No Brasil, há a projeção de que em 2025 a população idosa alcance os 32 milhões de pessoas, gerando demandas específicas na questão das políticas públicas.

O envelhecimento é um processo natural que se dá de maneira progressiva, onde a capacidade cognitiva, funcional e bioquímica sofrem alterações, levando o organismo a estar mais suscetível a doenças, modificando as funções motoras, bem como toda a qualidade de vida do indivíduo. Esse processo se torna algo negativo quando os idosos sofrem isolamento social, seja pela própria família, quanto pela sociedade, por não exercerem mais funções sociais específicas. Dessa forma, pode-se perder perspectivas de futuro, sentindo-se excluídos da sociedade. A manutenção da participação dos idosos em seu ambiente social permite que se sintam pertencentes à comunidade, que possuem valor e experiência como pessoa, fazendo com que se mantenham ativos e independentes mental e fisicamente. (GONÇALVES, 2017, p. 33-34).

As crianças por sua vez estão em pleno desenvolvimento, crescimento biológico, fisiológico e cognitivo. É o período do desenvolvimento humano onde os estímulos são essenciais para o crescimento do cérebro, desenvolvimento cognitivo e a formação da personalidade das crianças. Algo que as crianças estão constantemente fazendo é aprender, absorvendo novas informações. Nesse sentido, as relações intergeracionais são importantes de modo a promover ações sócio-educativas, onde os idosos tornam-se parte do processo, sentem-se ativos e úteis, pertencentes a uma função na sociedade. Enquanto as crianças, desde cedo, aprendem o respeito aos mais velhos, aprendem a admirar as experiências, o conhecimento dos mais velhos e tem a oportunidade de compreender melhor o processo do envelhecimento.

1.3 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

A temática desse projeto surgiu diante do documentário "Present Perfect" – Presente Perfeito, de Evan Briggs, o qual relata o que acontece quando uma creche é instalada dentro de uma casa de idosos em Seattle/EUA.

A casa de repouso Providence Mount St. Vincent e a pré escola Intergenerational Learning Center propiciaram a pesquisa sobre o que acontece quando se permite a convivência entre duas gerações e como usar essa relação intergeracional como mecanismo de desenvolvimento para a infância e de qualidade de vida para os idosos.

O projeto, que deu origem ao documentário citado, ocorreu cinco vezes por semana, no qual as crianças participaram de atividades conjuntas com cerca de 400 idosos, através de visitas, dança, música, contar histórias, fabricar sanduíches para doação, almoços e passeios em parques e parquinhos infantis. O processo pedagógico se deu através da resolução de problemáticas, incentivados a apresentar soluções para situações cotidianas. Os professores eram os guias deste processo de aprendizagem, de modo a dar mais autonomia às crianças e assim desenvolverem habilidades de responsabilidade e criatividade em relação às pessoas de seu convívio. Esse processo é mais amplo, pois além dessas atividades intergeracionais, abrange-se o convívio com a comunidade, extrapolando o espaço da escola.

O documentário traz um dado da realidade dos idosos em lares de longa permanência, “Cerca de 43% dos idosos vivem a experiência do **isolamento social**, que está diretamente ligada à solidão, depressão, assim como ao declínio mental e físico”. Portanto, os benefícios são para ambas as gerações. As crianças aprendem os processos naturais de envelhecimento, as limitações e mudanças que ocorrem, a criar laços mais fortes com os idosos e a respeitá-los mais. Já os idosos têm benefícios físicos por exercerem atividades em que se movimentam mais, e psicológicos nos quais se sentem úteis, admirados, resgatando memórias e sua identidade.

Dessa forma, essa experiência deu origem ao documentário "Present Perfect" (Presente Perfeito) citado acima, e ao filme “The Growing Season”, da diretora Evan Briggs (Figuras 1 e 2).

Figuras 1 e 2. Imagens do documentário "Perfect Present"



Fonte: CRECHE EM LAR DE IDOSOS, 2015.

O espaço em que ocorreu a experiência desse documentário era uma sala ampla com mesas, cadeiras e móveis de apoio para elaboração de trabalhos manuais e produção de sanduíches. Quando feitas ao ar livre, as

atividades usufruíram de espaços amplos e com rampas de acesso e mobiliário urbano de apoio, como bancos para descanso e parquinhos para crianças.

Pesquisando mais experiências sobre as relações intergeracionais, encontrou-se o Projeto “Era uma vez... atividades intergeracionais” que foi uma iniciativa do SESC São Carlos/SP em promover uma ação sócio-educativa com intuito de realizar atividades através da literatura infantil para promover a comunicação intergeracional, feitas em grupo com crianças, adolescentes e idosos. O conceito do projeto foi o de ser um processo estimulador da comunicação entre gerações fora do meio familiar, através de atividades pedagógicas, culturais e de recreação, nas quais as duas gerações pudessem analisar os meios de mudança da percepção dos conceitos de velhice e do envelhecimento. Buscou-se, também, estimular o apreço pela leitura, a fluência verbal e a criatividade nas gerações envolvidas no projeto. Dessa maneira, pode ser rompido o isolamento social dos idosos, ensejando mudanças de comportamento e de ideologias na sociedade. O método utilizado foi a leitura de livros infantis com a temática de conscientizar sobre a velhice e o processo de envelhecimento. A partir da análise dos livros com histórias onde os idosos são os que transmitem conhecimento, sabedoria cultural, de solidariedade, e onde a velhice é tratada de modo positivo, desenvolveram-se as atividades pedagógicas e culturais através de textos escritos pelos participantes, peças de teatro, dança, trabalhos manuais e elaboração de livros.

As temáticas abordadas nos livros de literatura brasileira, descrevem o cotidiano dos idosos e seu convívio com as crianças, conforme Carvalho (2008, p.71) elenca os respectivos temas:

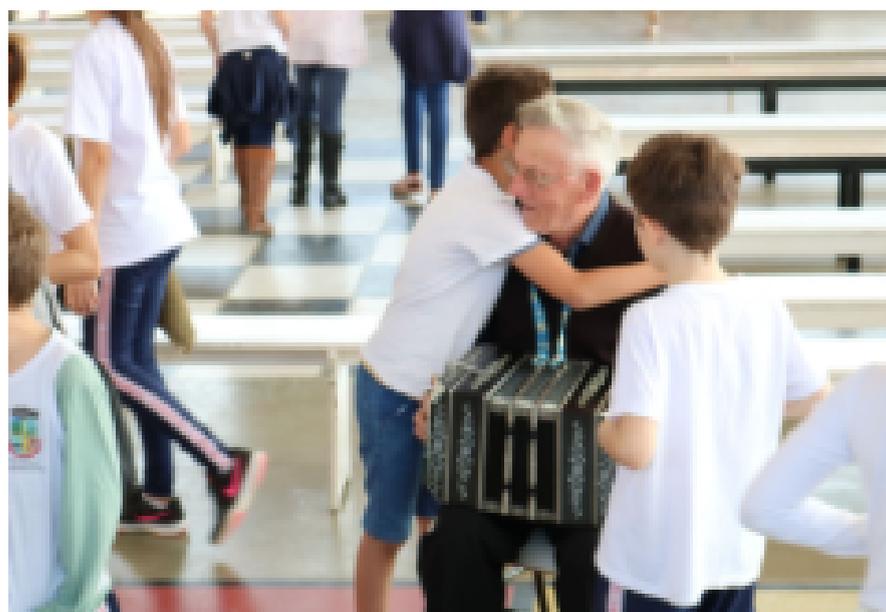
Relacionamento interpessoal; relacionamento intergeracional - diferenças e semelhanças entre etapas da vida; a participação/papel da criança, do adolescente e do idoso, na família; o passado, o presente e o futuro - a infância, a velhice, o envelhecimento; solidão, namoro e sexualidade; cidadania; usos e costumes, crenças e credences; espiritualidade; brinquedos e brincadeiras antigas e atuais; músicas de hoje e de ontem; trabalho/aposentadoria; memória cultural; Ecologia - preservação da natureza, reciclagem; História e Geografia, e outros temas de interesse do grupo e/ou dos profissionais.

O desenvolvimento do estudo foi realizado junto aos participantes do Projeto “Era uma vez... Atividades Intergeracionais” desenvolvido no SESC dos estados Centro-oeste e Nordeste do Brasil. Ele se deu através de atividades em grupo, semanais, sendo 2 horas por semana, durante 8 meses. Nas reuniões eram realizadas as leituras e discussões dos livros e desenvolvidas as atividades sócio-pedagógicas. O local utilizado para a realização das atividades foram as instalações do SESC, como salas de aula com mesas e cadeiras de apoio e demais mobiliários de acordo com a atividade pedagógica desenvolvida.

Percebeu-se com o projeto que ao estimular as relações intergeracionais os benefícios são para ambas as idades. Para os idosos, se manifesta na inclusão social, sentimento de pertencimento e capacidade de repassar conhecimento, resgatando sua cidadania. Já para as crianças, com o estímulo à leitura aprendem a praticar essa atividade, e com os temas abordados aprendem a respeitar e admirar os idosos, a desenvolver uma relação positiva, transformando os conceitos em relação ao envelhecimento.

Há, também, um relato em Jaraguá do Sul/SC, onde foi realizado o Programa Intergeracional, desenvolvido através da parceria entre a Secretaria de Assistência Social e Habitação e a Secretaria de Educação. O objetivo era socializar crianças e idosos, buscando com essa interação elevar a auto-estima dos idosos. O início do programa se deu através de um encontro musical entre os integrantes da Banda da Terceira Idade, Rudolf Konell e Alfredo Kath, e alunos da E.M.E.B Luiz Gonzaga Ayroso. Os encontros ocorriam no ginásio da escola, com uso de cadeiras e mesas de apoio para o desenvolvimento das atividades. (Figuras 3 e 4).

Figuras 3 e 4: Imagens do encontro musical



Fonte: PEDROSO, 2018.

Já na região norte do Paraná/PR, um estudo (GVOZD RD, 2012) realizado numa escola pública analisou o convívio de adolescentes e idosos e as percepções diante das diferentes questões que envolvem o envelhecimento. O que levou a realização desse estudo é o entendimento que uma das formas possíveis de desmistificar a velhice é por meio da aproximação entre as gerações. Nesse projeto percebeu-se que existe um maior distanciamento

entre as gerações quando não existe a relação familiar entre avós e netos, o que demonstra a necessidade de buscar maneiras de minimizar esse distanciamento para a mudança de estereótipos existentes.

Uma pesquisa de extensão (PINEZI AKM, 2014), se deu na Universidade Federal do ABC Paulista, campus Santo André/SP, com objetivo de analisar as narrativas de memórias dos idosos que moram nos bairros de Bangu e Santa Terezinha, onde foi instalado o campus. Incentivou-se o convívio entre jovens e idosos através da realização de atividades semanais, durante um ano, onde os idosos iam até o laboratório de informática da universidade e lá participavam de rodas de conversas, assim formando memórias entre os idosos e os jovens estudantes. Esse estudo demonstrou que a intergeracionalidade dentro das universidades permite o desenvolvimento de aptidões dos mais velhos em relação às constantes mudanças das dinâmicas sociais frente a velocidade que as tecnologias avançam e mudam. Esta renovação faz com que se sintam pertencentes ao grupo social, mantendo uma identidade participante e produtiva.

Em um estudo abordado no artigo "A Pré-escola e o Centro de Convivência para idosos enquanto cenários de relações intergeracionais" (PEDROSO, 2017) apresentado no Congresso Internacional de Envelhecimento Humano, os benefícios positivos da interação idosos e crianças foram analisados através da união de uma pré-escola e um centro de convivências. O intuito era de beneficiar ambas as gerações, assim como toda sociedade. Esse estudo traz a Percepção Ambiental, capacidade de interagir com o meio através dos sentidos, como um fator importante para a ocorrência das interações intergeracionais. Sendo essa importante para os idosos estimularem sua memória e para as crianças na fase de percepção de espaços, associação a cheiros, cores e sons dos ambientes.

A pré-escola e o centro de convivência foram usados como meio de estudar as relações intergeracionais, pois os dois são ambientes de socialização, aproximam os familiares das atividades, e de alguma maneira inserem seus usuários no convívio social. Os benefícios apontados foram a percepção pelas crianças que envelhecer é algo real, natural e não pejorativo através da melhoria da qualidade de vida desses idosos, tornando-se uma

geração com mais capacidade de atender as demandas dos idosos. Já para os idosos, os pontos positivos foram melhoria na saúde como um todo, mais disposição, humor, vontade de viver, menor sentimento de abandono e solidão.

Já o projeto: "A criança e o idoso: um diálogo para o futuro", desenvolvido pela professora Rita Gottardi Van Opstal da escola municipal Porchat de Assis (Ponta da Praia), Santos/SP, visa promover encontros entre idosos e as crianças da escola, utilizando as salas de aula da escola. Idosos são convidados a ir à escola para tocar instrumentos, mostrar álbuns de fotografias contando histórias, além dessas atividades as crianças participam de visitas a uma casa de repouso "Casa da Vovó". A professora explica que: "Comecei o projeto conversando com as crianças sobre o que é idoso, o que é envelhecer e trouxe revistas para que eles pudessem recortar e identificar o idoso. É necessário ensinarmos os mais novos a terem respeito pelos mais velhos". (INTEGRAÇÃO REÚNE IDOSOS E CRIANÇAS EM ESCOLA DE SANTOS, 2019). (Figura 5).

Figura 5: Imagem do idoso tocando instrumento no encontro



Fonte: INTEGRAÇÃO REÚNE IDOSOS E CRIANÇAS EM ESCOLA DE SANTOS, 2019

Diante da análise desses relatos, pode-se perceber a necessidade de ambientes bem iluminados – iluminação natural ou artificial, arejados – com ventilação cruzada, podendo ser ao ar livre e em espaços amplos, em que a

acessibilidade esteja garantida, com mobiliário adaptado à realização das atividades de interação entre idosos e crianças. Percebe-se que o papel da arquitetura é fundamental para a elaboração de projetos em que os ambientes e equipamentos urbanos tenham características que incentivem e promovam o desenvolvimento de programas voltados à interação entre gerações diferentes, pois o modo como as pessoas se relacionam com o meio interfere em como se relacionam com outras pessoas. Como demonstrado acima, a elaboração de projetos que unem essas duas gerações traz benefícios para ambas, promovendo qualidade de vida.

Pelas pesquisas apresentarem um ponto em comum, o de ocorrerem em espaços como a sala de aula, o presente trabalho irá analisar também as Comunidades de Aprendizagem, para compreender os seus princípios formadores e para então demonstrar que podem ser extrapolados do ambiente escolar e aplicados em diferentes espaços para que relações intergeracionais se desenvolvam. Mais adiante, será analisado como a teoria da Docilidade Ambiental também pode ser apropriada e aplicada nesses ambientes, e assim Condições Espaciais Facilitadoras podem ser formuladas para futura elaboração de projetos arquitetônicos e urbanos a favor dessas interações.

2. COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM

A partir da reflexão sobre o que são as relações intergeracionais, quais os seus benefícios, e como podem ocorrer, esse capítulo passará a analisar as Comunidades de Aprendizagem. Visa aqui entender as suas características, como elas se formam e quais os princípios norteadores da sua constituição. Assim como, entender alguns relatos de comunidades formadas, quais os benefícios e a relevância para a educação, e de que maneira suas características podem propiciar um espaço para a interação entre gerações.

2.1 CARACTERIZAÇÃO

Comunidade de Aprendizagem é uma proposta criada inicialmente em 1978 na Escola de Pessoas Adultas de Verneda de Sant Martí, Barcelona, Espanha (MELLO, 2012, p.106). O atual modelo surgiu por volta de 1995, no Centro de Investigação em Teorias e Práticas de Superação de Desigualdades (CREA), da Universidade de Barcelona/Espanha (MELLO, 2012, p.48), e tinha como intuito a transformação da escola e da aprendizagem com a participação efetiva da escola e das pessoas da comunidade em que a mesma estava inserida, através da interação e diálogo entre os participantes da sua formação ocorre a construção desse ambiente de conhecimento, com melhoria da convivência e dos resultados de aprendizagem.

Após conhecer a experiência das Comunidades de Aprendizagem na Espanha, Roseli de Mello, pesquisadora do Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), começou a desenvolver o conceito no Brasil. Segundo suas palavras (MELLO, 2012, p.57), “as comunidades de aprendizagem são aquelas onde há diversificação de interações e atividades e intensificação dos tempos de aprendizagem”. (COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM, 2014, n.p.).

Nesse sentido, este trabalho pretende apresentar o conceito de Comunidades de Aprendizagem como uma proposta de extrapolação dos

limites da escola, mostrando que seus princípios podem ser aplicados de uma forma muito mais ampla, em qualquer ambiente. Eles podem ser aplicados em um bairro, num campus universitário, num centro comunitário, em hospitais, lares de longa permanência, instituições de repouso de idosos, bem como nas escolas. Ou seja, qualquer espaço que se queira trazer o contato intergeracional de crianças e idosos como meio de buscar a transformação social, aprendizados culturais e a melhoria na qualidade de vida dos envolvidos.

O site "comunidadeaprendizagem.com", bem como MELLO (2012, p.57) trazem informações de que esse processo de transformação se inicia com o envolvimento de professores, alunos e familiares nas Fases de Transformação da Escola, que compreende em conhecer o projeto, dialogar, decidir pela transformação, apresentação de sonhos e desejos para a nova escola.

Em primeiro lugar ocorre a Sensibilização, que é a preparação intensiva de toda a comunidade envolvida com sua formação científica. Deve-se analisar as forças e deficiências que a escola possui. Em seguida, ocorre a Tomada de Decisão, que se define que a escola irá se transformar em uma Comunidade de Aprendizagem. Na fase de Sonhos, os desejos para o futuro e sonhos de todos os envolvidos são apresentados e então ocorre a Seleção de Prioridades, que é a análise do que é mais urgente a ser executado, analisam-se também quais recursos estão disponíveis, e por fim o Planejamento que traz o caminho a ser seguido para transformar esses sonhos em realidade, onde se formam comissões através de assembleias em que todos participam.

Assim, criam-se comissões de trabalho para implementar as Atuações Educativas de Êxito, que são práticas validadas pela Comunidade Científica Internacional e que trazem resultados comprovados na melhoria da educação. Essas Atuações Educativas de Êxito são práticas identificadas e analisadas por um projeto de pesquisa realizado na Europa, chamado "INCLUD-ED": "Strategies for Inclusion and Social Cohesion in Europe from Education" (SOBRE COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM, 2021), e que se caracterizam

por aumentarem o desempenho acadêmico de forma eficiente e melhorar a convivência e solidariedade acadêmica. Isso será melhor detalhado a seguir.

2.2 ATUAÇÕES EDUCATIVAS DE ÊXITO

São sete as Atuações Educativas de Êxito que devem fazer parte da formação de uma Comunidade de Aprendizagem:

- Grupos Interativos: onde professores, familiares e voluntários apoiam atividades dentro da sala de aula. É a forma de organização de uma aula que mais apresenta benefícios. Onde grupos de 4 a 5 alunos são formados da maneira mais heterogênea possível, em grau de aprendizado, sexo, etnia, etc. Um adulto da escola ou da comunidade fica como tutor de cada grupo. Pelo número de grupos formados em cada classe, são preparadas atividades que deverão ser realizadas e irão mudando a cada 15 a 20 minutos, e resolvidas através do diálogo igualitário assegurado pelo tutor do grupo. Através dessa atuação se tem uma melhoria dos resultados escolares, das relações e convívio social.

- Tertúlias Dialógicas: por meio de atividades de compartilhamento de trechos de livros, de músicas e obras de arte, caracterizando-se como estímulo ao intercâmbio de conhecimento, com respeito à participação de todos. É um meio de democratizar o acesso à cultura clássica, aumentar o vocabulário, melhorar a expressão verbal e de interpretação de textos.

- Biblioteca Tutorada: é uma extensão do horário de uso da biblioteca, além do horário letivo da escola (período vespertino, ao meio dia e finais de semana) para que os estudantes tenham um lugar de aprendizagem. É uma maneira de extensão do tempo de aprendizagem da sala de aula. É realizada através da ajuda de voluntários, que promovem a interação entre alunos das mais variadas idades que se encontram na biblioteca. Uma comissão mista gerencia essa atividade, organizando os voluntários e a coordenação dos professores para um melhor apoio. Aqui entra a possibilidade da inclusão e participação igualitária dos idosos, como voluntários da biblioteca que promovem a interação entre diversas pessoas, auxílio em pesquisas para

tarefas, leituras dialógicas e trocas de experiências, bem como nos espaços para ocorrência de cursos de capacitação de pais e familiares.

- Formação de Familiares: as comunidades de aprendizagem trazem espaços para a formação dos pais dos alunos. São constituídas comissões mistas onde os próprios pais definem quando, como e quais cursos querem ofertar. Os estudos "Includ-ed" mostraram que os alunos tinham uma melhor aprendizagem quando seus pais também estavam em formação, servindo como exemplo que dá sentido e compromisso à educação, promovendo assim uma transformação nas suas condições de vida.

- Participação Educativa da Comunidade: uma maneira encontrada para alcançar êxito na educação dos alunos é a promoção da participação das famílias e de toda a comunidade em todos os espaços da escola, inclusive na sala de aula. Isso pode ser alcançado de duas formas:

1) pela participação em todas as atividades de "Atuações Educativas de Êxito", que são todas as que estamos discorrendo nessa caracterização das comunidades de aprendizagem, bem como em diversas outras atividades que possam estender o tempo de aprendizagem, com convívio com maior diversidade de pessoas e em mais espaços de troca de conhecimento e experiências. Atividades de leitura, de escrita e artísticas em que crianças, jovens, adultos e idosos possam participar de forma ativa.

2) pela participação ativa nas comissões mistas de gestão e organização das comunidades de aprendizagem.

- Modelo Dialógico de Resolução de Conflitos: todas as normas de convivência e de mediação de conflitos são formuladas através do diálogo igualitário em assembleias em que todos podem participar e onde todas as opiniões são valorizadas.

- Formação Pedagógica Dialógica: os livros utilizados como referências pedagógicas para a formação das bases de educação são os que têm validação da comunidade internacional.

Com a análise de como as comunidades de aprendizagem se formam, pode-se fundamentar o interesse do trabalho em utilizar as comunidades de aprendizagem como meio de permitir as relações intergeracionais

apresentadas, pois permitem a participação ativa de alunos e idosos, conjuntamente, na transformação dessa escola. Também porque o ambiente das escolas traz características de espaços que permitem atividades para esse fim. No próximo item do trabalho, serão apresentados os princípios que fundamentam a base teórica das Comunidades de Aprendizagem.

2.3 PRINCÍPIOS ORGANIZADORES

O livro "Comunidades de Aprendizagem: outra escola é possível" (MELLO, 2012) traz que as Comunidades de Aprendizagem são uma proposta baseada nos princípios da "Aprendizagem Dialógica". A proposta caracteriza-se pelo conceito de um meio de permitir a aprendizagem e as interações, e assim transformar a escola e seu entorno, a qual possui 7 princípios organizadores:

A Aprendizagem Dialógica acontece nos diálogos que são igualitários, em interações em que se reconhece a inteligência cultural de todas as pessoas, e está orientada para a transformação do grau inicial de conhecimento e do contexto sociocultural, como meio de alcançar o êxito de todos.

A Aprendizagem Dialógica acontece em interações que aumentam a aprendizagem instrumental, favorecendo a criação de sentido pessoal e social, e que são guiadas pelo sentimento de solidariedade, em que a igualdade e a diferença são valores compatíveis e mutuamente enriquecedores. (AUBERT ET AL., 2008, p. 167).

Por Diálogo Igualitário, se entende que os atores nessa comunidade terão suas proposições e opiniões ouvidas pelos seus argumentos e não por situação social, sexo ou escolaridade. A importância está nos argumentos e não na hierarquia entre as pessoas, as quais se unem em prol de um interesse comum de melhoria da escola, e são vistas como fonte de conhecimento, através das suas experiências de vida, independente da origem. Apresentando seus argumentos de acordo com seus saberes em busca da construção e benefício da comunidade. Por isso, a diversidade de pessoas é importante para se atingir melhores resultados e superação de desafios na escola.

A Inteligência Cultural entende que a inteligência é um processo subjetivo que vem da interação e experiências no seu convívio social. E que por ser relacional encontra-se em constante crescimento e modificação através das interações com o meio social e cultural. "..., a *inteligência cultural* pressupõe que cada pessoa se forma na relação com todas as outras pessoas com quem interage ao longo de sua vida" (MELLO, 2012 p. 715). Assim, esse princípio mostra que todas as pessoas têm algo a ensinar e a aprender também, com base nas suas experiências pessoais cada um possui uma capacidade de reflexão e uma inteligência proveniente da sua bagagem cultural.

O princípio da Transformação vem da mudança gerada nas pessoas e do meio em que estão inseridas, advindas do diálogo e do esforço em busca de concretizar um objetivo comum. Traz a ideia da capacidade humana de agir e modificar o meio em que vive. As Comunidades de Aprendizagem trazem a educação como meio de modificar e transformar a realidade das pessoas envolvidas.

A Dimensão Instrumental da aprendizagem traz a *aprendizagem dialógica* como um instrumento importante para a formação da capacidade de absorção dos conteúdos escolares, interpretação e desenvolvimentos das capacidades de comunicação. Propõe um diálogo igualitário entre o que se ensina e o que se aprende.

A Criação de Sentido é o que o próprio nome diz, recriar o sentido de pertencimento, recriar o sentido de existência através da construção de espaços onde o compartilhamento de conhecimento e o diálogo permitam novas mudanças sociais em busca de melhoria de vida. Criar a motivação de estar na escola, fazer com que tenha sentido estar nas aulas. Esse sentido se constrói quando os estudantes percebem que sua identidade é valorizada, que as diferenças culturais são tratadas com igualdade.

Solidariedade pressupõe entender que todos têm direitos iguais e que possam usufruir deles, pode ser entendida como princípio que une o sentimento de pertencimento das pessoas de um mesmo meio social. Em que toda a comunidade está envolvida no projeto de transformação das dificuldades e melhoria das condições sociais e culturais.

E o princípio da Igualdade de Diferenças traz a compreensão de que as pessoas são únicas, distintas e com direito de viver de forma diferente. Desse modo o envolvimento de diferentes pessoas numa comunidade de aprendizagem permite uma maior interação e uma maior aprendizagem, pois cada um trará mais conhecimento advindo das suas experiências pessoais.

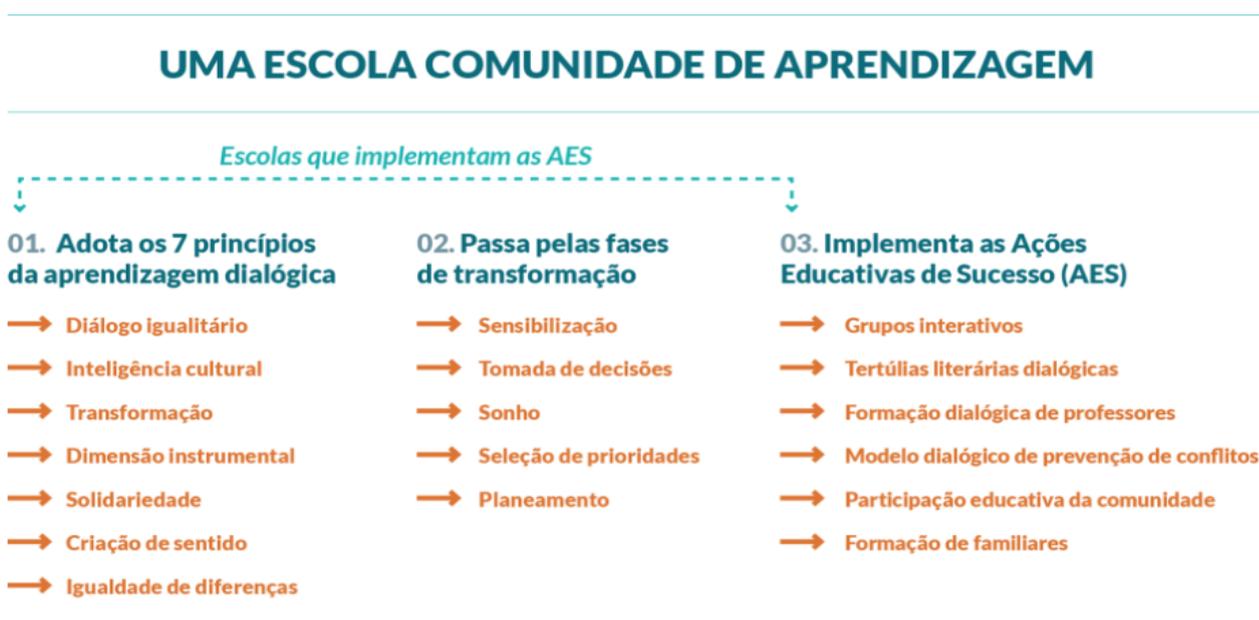
Em uma Comunidade de Aprendizagem, todos tem direito a se manifestar, permitindo que os participantes tenham condições e papel igualitários, apresentando seus conhecimentos, bagagem cultural para a transformação da escola e de toda comunidade em que se encontra inserida.

Dessa maneira, os idosos teriam papel importante de transmissão de conhecimento, de participação, trazendo assim a experiência de pertencimento e fortalecimento do seu papel de cidadão em sua comunidade, esteja ela inserida em qualquer local na cidade.

Na Figura 6 apresentamos um quadro que mostra os elementos formadores de uma Comunidade de Aprendizagem.

E no próximo tópico tratará de relatos de experiências sobre esse conceito, mostrando características de locais que podem ser promotores do contato entre gerações.

Figura 6: Processo para formação de uma Comunidade de Aprendizagem



2.4 EXPERIÊNCIAS

Aqui serão elencados alguns exemplos de Comunidades de Aprendizagem e de projetos que possam vir a ser incorporados em escolas ou diversos outros ambientes, os quais são os meios e locais propícios ao desenvolvimento de atividades que permitam o contato intergeracional entre crianças e idosos.

O projeto Permacultura na Escola, do Núcleo de Estudos em Permacultura da UFSC (NEPerma/UFSC), procura entender qual potencial teria o desenvolvimento e aplicação da permacultura no ensino fundamental e médio, como programa de educação ambiental. Ele também visa entender, a partir de uma pesquisa-ação, como a permacultura pode ser incorporada no programa pedagógico de escolas de ensino fundamental. O programa tem oferecido, como extensão universitária, um curso de capacitação de professores de escolas básicas sobre como planejar e organizar o espaço escolar, permitindo que ajam diretamente na formulação das disciplinas de ensino ambiental e de outras disciplinas, por ser um tema multidisciplinar.

Outros dois programas no mesmo sentido são o "Natureza, Escola de Permacultura Itinerante" e o "Programa Permacultura na Escola". O primeiro, é um programa de mobilidade em educação ambiental e de sustentabilidade para escolas e pessoas, o qual tem o objetivo de levar conhecimento em permacultura, bioconstrução, arte educação ambiental e educação para sustentabilidade. (NATUREZA ESCOLA, n.p.) Já o Programa Permacultura na Escola, criado em 2004 pelo educador ambiental e permacultor Juliano Riciardi, tem o objetivo de propor novas formas de desenvolvimento da educação, transformando a cultura e gestão ambiental nas escolas. É um projeto que busca formar alunos e professores sobre como transformar as escolas em ambientes mais sustentáveis e com ensino ambiental. O projeto quer levar ao processo de aprendizagem, ferramentas da permacultura, permitindo que o educador possa aplicá-las de diversas formas. O qual possui cursos de formação para escolas, comunidades de aprendizagem, tentando atingir não só alunos e grupos de alunos, mas a comunidade de entorno como um todo. (NATUREZA ESCOLA, n.p.) (Figura 7)

Figura 7: Programa de Permacultura



Fonte: NATUREZA ESCOLA, n.p.

Em Boa Vista, Roraima, um projeto chamado "Quintais Sustentáveis" ensina famílias carentes a aprender a cultivar seus próprios alimentos em quintais da cidade, buscando estimular a produção e consumo de hortaliças e plantas medicinais. O projeto foi de iniciativa da Embrapa em conjunto com o Lar Fabiano de Cristo (unidade Casa de Timóteo) e fomento do CNPq, teve início em 2018, e baseia-se na produção agroecológica sustentável, visando a geração de renda e inclusão social de grupos em vulnerabilidade. (ARCHDAILY, 2021, n.p.)

Uma dissertação de mestrado, intitulada "Relação Intergeracional por meio do cultivo de horta domiciliar" (FARIAS, 2016) buscou mostrar que o desenvolvimento de hortas domiciliares traz benefícios como a troca de conhecimentos, de cultura e valores, bem como o incentivo à sustentabilidade. Hortas foram feitas em qualquer espaço, como sacadas, jardins, fundos de quintais em pequenos vasos, canos de pvc, pneus, etc. A pesquisa demonstrou que a horta domiciliar foi um meio de proporcionar o relacionamento entre

gerações com diálogo efetivo como mediador da troca de experiências. Outro fator demonstrado foi que a rede de amizades foi ampliada, e que passaram a partilhar novas atividades em comum, como: prática de atividades físicas, passeios, palestras, aulas de pintura, entre outras.

Através desses relatos, percebe-se que o conceito das comunidades de aprendizagem pode ser ampliado a qualquer espaço na cidade, não só restrito ao ambiente da escola. Pode-se transformar qualquer local em uma comunidade que busca favorecer a troca de conhecimentos, a participação ativa da sociedade, a promoção de diversas atividades como leitura, prática de atividades físicas, rodas de conversa, apresentações de teatro, dança, música, hortas urbanas, todas em prol do incentivo às relações intergeracionais.

2.5 BENEFÍCIOS/ RELEVÂNCIA

Analisando as pesquisas existentes sobre o tema, percebe-se os benefícios que o incentivo às relações intergeracionais entre crianças e idosos podem trazer, assim como o uso dos princípios e ações educativas das Comunidades de Aprendizagem, os quais podem ser incorporados em programas de projetos de espaços que visem estabelecer esse contato entre gerações.

Como ressaltado anteriormente, os benefícios encontrados para os idosos são a inclusão social, sentimento de pertencimento, capacidade de repassar conhecimento, elevar a auto-estima, melhoria na qualidade de vida e dessa maneira resgatar sua cidadania. Já para as crianças, o exemplo e estímulo a criar laços fortes, aprender a respeitar e admirar os idosos, a desenvolver uma relação positiva, transformando os conceitos em relação ao envelhecimento. Além do fortalecimento da relação entre pessoas de diferentes idades, atividades intergeracionais têm efeitos benéficos sobre a saúde e o bem-estar de todas as gerações envolvidas.

É na busca desses benefícios que o presente trabalho objetiva propor Condições Espaciais Facilitadoras que sejam norteadoras de projetos que promovam a interação de idosos e crianças, de modo a permitir a promoção de

mais saúde da pessoa idosa, minimizar os efeitos do envelhecimento e permitir uma longevidade mais ativa física, mental e emocional em ambas as idades. Promove-se assim modos mais saudáveis de vida, com atividades de lazer mais ativas, que desenvolvam as aptidões pessoais e que minimizem doenças mentais e psicológicas causadas pelo isolamento social dos idosos.

Assim, a conceituação teórica das Comunidades de Aprendizagem foi fundamental neste trabalho, de modo que sua compreensão permitiu perceber que podemos extrapolar os limites da escola, e aplicar os seus princípios e ações educativas em qualquer lugar, e assim encontrar as características que fazem desses espaços facilitadores na promoção de atividades para as relações intergeracionais entre crianças e idosos da sociedade em seu entorno.

Somada a essa compreensão, outro conceito importante a ser analisado neste trabalho é que a forma como as pessoas se relacionam com os lugares influencia na convivência com outras pessoas e em como se sentem para desenvolver as suas habilidades. O modo como os espaços e ambientes são projetados interferem na percepção ambiental dos usuários, de modo que uma análise da Psicologia Ambiental é favorável ao desenvolvimento de Condições Espaciais Facilitadoras em favor das relações intergeracionais, mais precisamente a análise da teoria da Docilidade Ambiental.

3. DOCILIDADE AMBIENTAL

Como discorrido no capítulo anterior, a compreensão de alguns conceitos se torna imprescindível para a elaboração das Condições Espaciais Facilitadoras, que é a contribuição deste trabalho.

Fazendo uma conexão com o conceito das Comunidades de Aprendizagem, no presente capítulo será discutido sobre a teoria da Psicologia Ambiental, trazendo sua matriz teórica e alguns de seus preceitos para melhor entendimento da relação pessoa-ambiente. Aprofundar-se-á com maior ênfase na teoria que trata da Docilidade Ambiental, buscando demonstrar como seu conceito pode ser útil e positivo para o desenvolvimento das Condições Espaciais Facilitadoras de projeto ao final desse trabalho, pois a longevidade é uma realidade da nossa sociedade, o que traz a necessidade de estudos para o desenvolvimento de projetos e políticas públicas para a promoção da qualidade de vida.

A Psicologia Ambiental se caracteriza por ser uma linha de estudo interdisciplinar, abrangendo áreas como a psicologia, a sociologia, a antropologia e a arquitetura e urbanismo, entre outras. A qual busca estudar a relação entre as pessoas e o ambiente, levando em conta a atividade desenvolvida, qual o objetivo a cumprir e o tipo de interação do indivíduo com os que estão no seu entorno e com o ambiente ao seu entorno, mostra que o ambiente tem grande influência sobre a cognição, sentimentos e ações das pessoas. (RAIMUNDO, 2010).

Sobre a Psicologia Ambiental, entendida como área ou subárea de conhecimento que estuda as relações bidirecionais entre pessoas e ambientes, ELALI (1997) discorre:

De fato, apesar da evidente necessidade de nos tornarmos atentos à inter-relação entre o homem e as extensões que cria para si, continuamos a estudar isoladamente cada fator envolvido nessa complexa equação. Grande parte do problema diz respeito à própria indefinição sobre a área, ou áreas de conhecimento a que pertence o estudo desta relação, com possíveis vertentes em Psicologia, Sociologia, Antropologia, Arquitetura, Urbanismo, Geografia, entre outras. No entanto, a principal causa desta dificuldade parece relacionar-se à relativa estagnação do conhecimento dentro de cada setor, fruto da intensa compartimentalização da ciência em busca da

super-especialização: a Medicina dedica-se ao estudo das condições de saúde do corpo; a Psicologia analisa o comportamento humano; a Sociologia aborda a relação entre os indivíduos; a Arquitetura projeta os edifícios que os abrigam; o Urbanismo dedica-se à planificação das cidades... Paradoxalmente, embora seja óbvia a complementaridade entre estes e outros campos de trabalho, envolvendo faces diferentes de uma mesma problemática, as informações geradas em cada "grupo de estudos" pouco se expande além de seus próprios pares, dificultando a formação de uma massa crítica interdisciplinar que alimente um processo investigativo mais amplo. Felizmente, o gradual surgimento de trabalhos interdisciplinares tem induzido mudanças paradigmáticas no enfrentamento desta temática, com ênfase para a necessidade do reagrupamento das disciplinas e o surgimento de novas formas de atuação nas diferentes profissões. (ELALI, 1997, n.p.)

Aqui percebe-se a importância da interdisciplinaridade desses dois campos do conhecimento, e que a Arquitetura e a Psicologia são duas áreas que estão ligadas de maneira mais próxima ao estudo da relação pessoa-ambiente. Nesse sentido, ELALI (1997, n.p.) discorre:

a Psicologia ampliou sua área de atuação do indivíduo para o social e o ambiental, "redefinindo" e complementando seu objeto de estudo de modo a abarcar as interações ambiente-comportamento, e contribuindo para um conhecimento mais amplo da realidade através de um enfoque ecológica e humanamente consistente. Em Arquitetura, por sua vez, aos poucos observa-se o deslocamento da ênfase na análise de aspectos estéticos/construtivos/funcionais do edifício para a preocupação com a percepção/satisfação dos usuários e com as implicações das intervenções em termos de paisagem, propiciando a elaboração de propostas mais centradas no indivíduo e/ou no social e nas implicações ecológicas das interferências realizadas.

Desta constatação, percebe-se uma aproximação entre os dois campos de estudo, ocorrendo uma parceria entre ambas, realizando pesquisas e trabalhos em conjuntos que englobam suas especificidades e assim permitindo a ampliação do conhecimento. Pois, os Psicólogos se preocupam com o indivíduo ou grupo e seus processos de interação através das ferramentas da comunicação, já os Arquitetos e Urbanistas devem respostas imediatas às problemáticas através da linguagem gráfica projetual.

Como nenhuma das duas áreas de estudo é capaz de englobar totalmente a relação pessoa-ambiente, procurou-se encontrar um espaço

comum, assim a Psicologia Ambiental caracteriza-se por ser este "locus" onde a soma dos conhecimentos permite a produção de ambientes mais humanos, trabalhos experimentais como subsídio para novos projetos, sendo a "ponte" entre essas duas áreas. (ELALI, 1997).

O campo de estudo da Psicologia Ambiental por vezes enfatiza o ambiente físico, por vezes volta-se para as características do ser humano, individuais ou coletivas, sempre tentando ampliar a compreensão da bidirecionalidade dessas relações, que são interdependentes. Sobre a importância da reflexão sobre esse tema, HIGUCHI, p.13, 2022 diz:

Refletir acerca da relação pessoa-ambiente em diferentes momentos do ciclo de vida pode contribuir para o entendimento das particularidades e similaridades presentes nessas relações e nos indicar possibilidade para a promoção de ambientes mais acolhedores nessa caminhada.

Assim, a Psicologia Ambiental traz como contribuição científica a desafiadora tarefa de analisar a relação bidirecional pessoa-ambiente e compreender como a pessoa afeta o ambiente e como o ambiente afeta a pessoa. Günther, (2018, p. 47), diz que "para compreender a pessoa, o ambiente, e as relações recíprocas entre ambos, é preciso incorporar perspectivas teóricas voltadas para esclarecer o contato entre eles."

Nesse sentido, surge a hipótese da Docilidade Ambiental que foi formulada por Paul Lawton e colaboradores a partir do final da década de 60 no Centro Geriátrico da Filadélfia.

Foi a partir de pesquisas sobre o envelhecimento que se percebeu que a capacidade de adaptação e o afeto positivo dependem do equilíbrio entre as habilidades individuais e as demandas sobre ele. (GÜNTHER, 2018) Assim, a Docilidade Ambiental é apresentada para mostrar que um ambiente dócil promove o desempenho das habilidades individuais de maneira otimizada, e para que isso aconteça as condições psicossociais devem ser favoráveis e positivas, bem como as características do ambiente: facilidade de orientação, locomoção e uso. (GÜNTHER, 2018). Mesmo sendo um conceito desenvolvido

a partir de estudos sobre o envelhecimento, pode-se adaptá-lo e ser aplicado a condições espaciais facilitadoras voltadas para as diversas idades da vida.

O termo Docilidade, "reveste-se de um sentido amplo... que relaciona: "(1) qualidade pessoal; (2) demandas ambientais; (3) resposta emocional e comportamento adaptativo." (GÜNTHER, 2018, p. 48). A teoria da Docilidade Ambiental diz que quanto menos habilidades e menor a capacidade de uma pessoa, maior o impacto dos elementos ambientais sobre ela. De modo que um ambiente dócil permite que a pessoa se sinta capaz de desenvolver suas atividades de forma plena.

Segundo os autores dessa teoria Lawton e Nahemow (1973 *apud* GÜNTHER, 2018, p.49) é preciso compreender dois fatores: a pessoa e o ambiente. Em relação à pessoa é necessário saber os elementos que caracterizam a sua capacidade funcional: saúde física e mental, capacidade de locomoção, visual, sensitiva e de adaptação. Já o ambiente, engloba 5 elementos: Pessoal - pessoas que fazem parte da vida; Grupal - pessoas fora do seu círculo íntimo; Suprapessoal - situações que trazem outras pessoas para próximo; Sociocultural - características culturais, políticas, sociais daquele local; e Físico - características do ambiente natural e construído.

Essa teoria foi desenvolvida tomando como base a gerontologia, mas mostrou-se importante em outras fases de desenvolvimento, como por exemplo, na infância e adolescência. Na infância, a docilidade ambiental vem da compreensão de "que a criança e seu ambiente fazem parte de um sistema, e que à medida que se desenvolve, a pessoa aprimora suas habilidades." (GÜNTHER, 2018, p.56). E nesse sentido, as pessoas que cuidam, tem contato com a criança, devem trazer cuidado e influência positiva no seu desenvolvimento.

A autora Günther (2018, p. 51) relata um estudo feito por Lawton, DeVoe e Parmelee (1995) com 79 residentes numa casa de repouso, cujo objetivo era investigar "a relação entre bem estar emocional e depressão" em idosos. Eles foram observados por 30 dias seguidos e avaliados de acordo com escalas de afeto positivo ou negativo. O estudo apontou que independente da limitação do idoso, características dóceis do ambiente físico e social somados a livre manifestação das suas vontades, praticar atividades ao ar livre coletivas e

individuais, participar das decisões sobre aspectos pessoais e coletivos e a independência para se locomover, afetou positivamente o bem-estar e humor dos participantes.

Outra pesquisa encontrada, buscou analisar "aspectos da docilidade ambiental presentes num espaço público de convivência para idosos na cidade de Manaus/AM". (AMÂNCIO, 2018, p. 9). A pesquisa foi feita com idosos que participam do programa Idoso Feliz Participa Sempre, Universidade 3a idade Adulta na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O programa é realizado no Centro de Esportes da Faculdade de Educação Física do Campus Universitário, setor sul da UFAM, na área leste de Manaus. A área possui quadras cobertas, complexo aquático, sala de musculação e área verde. Essa pesquisa analisou os contextos sociais, a reflexão da busca pelo idoso de seu lugar na sociedade e os vínculos que formam nos lugares que escolhem para compartilhar experiências. E teve como objetivo entender a relação idoso-ambiente, e como esta pode ser estudada no campo da Docilidade Ambiental e suas consequências no contexto sócio-cultural.

A autora da pesquisa descreveu que no campo da Psicologia Ambiental surgiu o termo Docilidade Ambiental usado para caracterizar um ambiente dócil, o qual permite o uso de suas capacidades individuais, que dá condições para melhor exercer suas habilidades. Essas capacidades são saúde biológica, funcional, cognitiva, uso do tempo e convívio social. A qual apontou que o conceito da Docilidade Ambiental traz definições que mostram quão importante é o pensar no espaço, a necessidade de pensar em mudanças nos arranjos dos ambientes, visando a acessibilidade e apoio de mobilidade, provocando assim efeitos positivos nos idosos para melhoria na sua qualidade de vida. Assim, a pesquisa concluiu que os idosos que possuem mais participação social são os que conseguem enfrentar melhor as dificuldades impostas pela falta de acessibilidade. Percebeu-se como o ambiente é um fator imprescindível para a promoção do envelhecimento saudável e manutenção física-psíquica, permitindo uma maior inclusão social. "Este deve ser um ambiente que ofereça concretamente o conforto físico, a paisagem significativa, o arranjo espacial seguro e atrativo. São tais condições que se devem incluir de

forma tão decisiva quanto as relações sociais que se mostram decisivas na qualidade de vida." (AMÂNCIO, 2018, p. 112-113).

O uso social dos espaços ao longo do tempo agrega valores, sensação de pertencimento e formação de territorialidade pelo uso dos indivíduos ou grupos e das diferentes relações sociais. Portanto, para se pensar nos espaços coletivos deve-se levar em consideração a relação pessoa-ambiente, onde o ambiente é formado por aspectos naturais e construídos. Na visão da Psicologia Ambiental, o ambiente físico incorpora aspectos do comportamento humano com outras pessoas e com o próprio ambiente. (AMÂNCIO, 2018, p 59-60)

A Docilidade Ambiental é uma teoria que deve estar presente nos programas de projetos dos ambientes, nos arranjos dos lugares para uma melhor acessibilidade pelas pessoas de diferentes idades, capacidades e habilidades, promovendo assim a qualidade de vida. No campo da Arquitetura e Urbanismo, cabe ao arquiteto a tarefa de projetar espaços e ambientes em que a docilidade ambiental esteja incluída no partido de projeto para que se tenha uma maior inclusão e participação social. Aqui pode ser encaixada “a estratégia do Desenho Universal... tendo como princípios a busca pelo uso simples, flexível, equiparável/igualitário, intuitivo... tolerante ao erro, com baixo esforço e abrangente” (GÜNTHER, 2018, p. 55-56).

Da compreensão desse conceito, somado aos demais conceitos já desenvolvidos no trabalho, iremos discorrer sobre a relação entre eles observada de modo a podermos tirar preceitos para a formulação dos requisitos e guias de projeto que serão apresentadas neste trabalho.

4. RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS

Neste capítulo será explicado e discutido sobre como foi encontrada a conexão entre os temas abordados no trabalho.

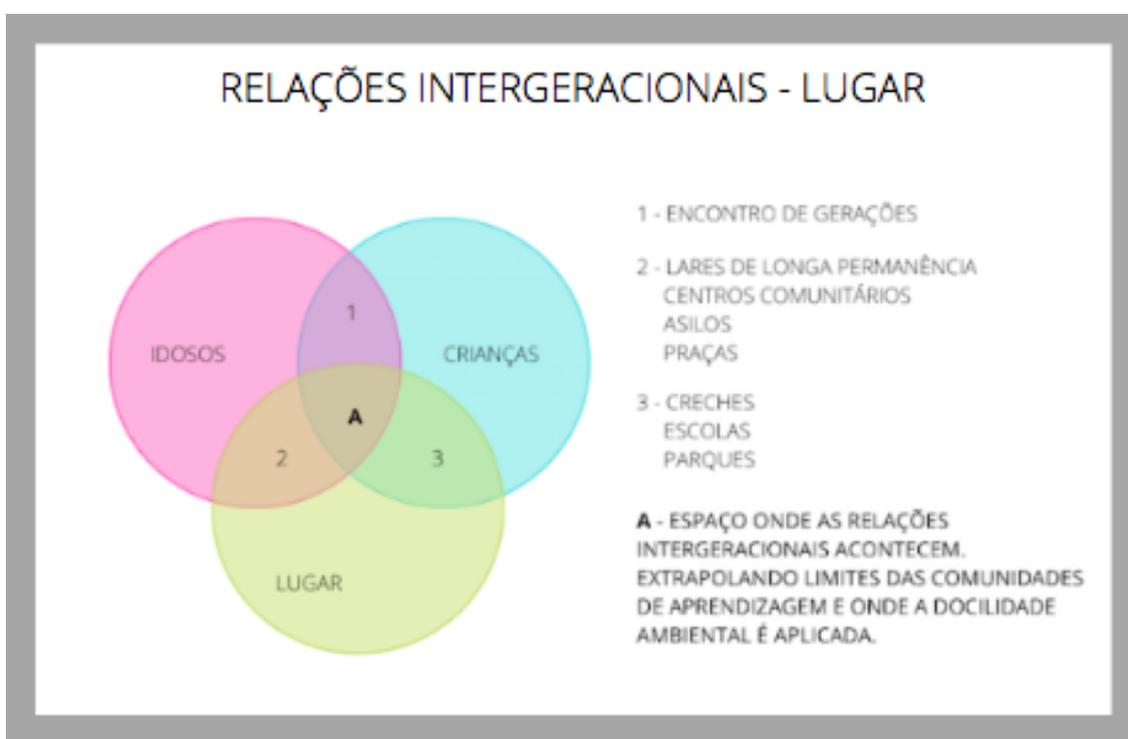
Da análise dos relatos de experiências de interação intergeracional entre idosos e crianças, percebe-se que a maioria delas ocorrem em ambientes internos, como salas de aula, sendo esses locais para leituras, espaços para atividades manuais, para apresentações de danças, peças de teatro, para tocar instrumentos musicais e praticar atividades físicas. Algumas dessas atividades podem também ocorrer ao ar livre.

Como já visto no capítulo próprio sobre o tema, as Comunidades de Aprendizagem tratam-se de uma forma de transformação social e cultural e de um novo modelo de escola que se baseia em modos de atuação no ambiente de ensino. Segundo este tema, os estudantes estão em constante interação com a comunidade, de maneira que todos participam de forma igualitária na sua formulação e no processo de aprendizagem, permitindo assim que se criem laços entre os membros da comunidade em que estão inseridos. Portanto, a compreensão desse modelo nos fornece princípios importantes para a tomada de decisões de projeto, trazendo conceitos como sustentabilidade, independência, harmonia, amplitude, igualdade, solidariedade, entre outros.

Somado a esses conceitos, temos a Docilidade Ambiental que deve ser utilizada em todos os projetos que englobam a ambiência, isto é, "no arranjo espacial, no design significativo do ambiente, na segurança do acesso, no apoio de mobilidade, na afetividade materializada no lugar." (AMÂNCIO, 2018, p. 110-111) É uma teoria que deve estar presente nas formulações de espaços para idosos, e percebeu-se que mesmo sendo desenvolvida através de pesquisas para idosos, podemos extrapolar seu uso para ambientes para crianças também, já que o foco de um ambiente dócil é permitir que as pessoas possam desenvolver suas habilidades e capacidades pessoais da maneira mais eficiente possível.

Assim, o presente trabalho percebeu a existência de uma relação entre os temas: Relações Intergeracionais, Comunidades de Aprendizagem (CA) e a teoria da Docilidade Ambiental, no ponto em que as CAs tornam-se um espaço-lugar em que idosos e crianças podem interagir e trocar experiências. Nessas CAs, idosos têm papel importante na formação das crianças e adolescentes e podem contribuir de forma igualitária com sua bagagem cultural, experiências de vida e até mesmo técnica, dependendo da sua formação ou trabalho que exerciam.

FIGURA 8: Diagrama de Relação entre os temas do trabalho



FONTE: Da Autora

Esse diagrama (Figura 8) mostra a existência de um espaço/lugar onde as relações intergeracionais podem ocorrer da melhor maneira. Aqui observa-se que quando considerando os idosos de forma isolada, os mesmos têm o seu espaço muitas vezes dentro de casa, vivendo sozinhos ou com familiares, ou dentro de Lares de Longa Permanência, como em asilos e isolados de familiares. Alguns têm atividades em Centros Comunitários de seus bairros ou cidades, em praças, etc, mas muitas vezes sem relações

intergeracionais. Já as crianças têm seu espaço comum nas creches, escolas, parquinhos públicos, vivendo em família ou muitas vezes em instituições de acolhimento. Assim, a conexão entre idosos e crianças se encontra nos benefícios advindos das atividades que propiciem as relações entre eles, como já discutido anteriormente no trabalho. A partir dessas correlações, o presente trabalho percebeu um ponto central onde as relações intergeracionais têm seu lugar, onde idosos e crianças podem perceber seu ambiente comum para trocas de experiências.

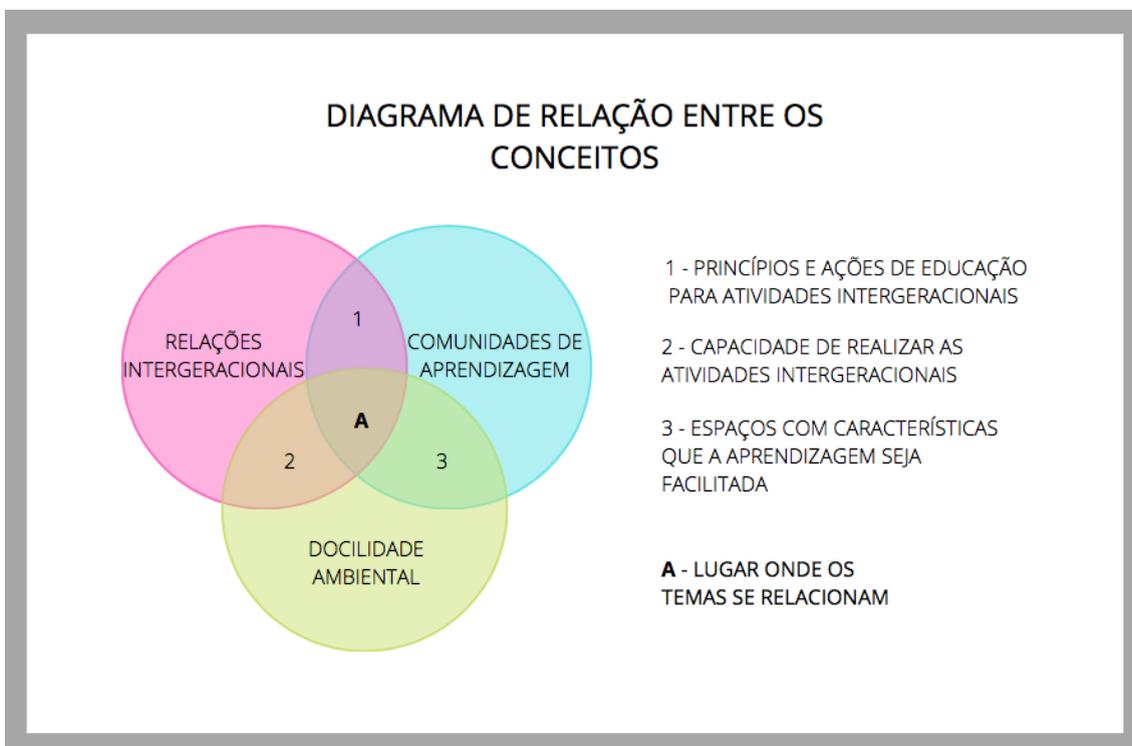
Essa conexão foi concebida ao longo do desenvolvimento do trabalho. Inicialmente, tinha-se a ideia de encontrar/projetar um lugar onde a troca de experiências entre idosos e crianças pudesse acontecer. Mas ao buscar relatos de experiências sobre o tema, percebeu-se que faltavam argumentos e embasamento teórico para a definição de Condições Espaciais Facilitadoras de projeto, e assim na busca por essas informações e fundamentação, notou-se a lacuna que poderia ser preenchida por um trabalho teórico experimental.

Nas pesquisas e análises dos projetos em torno das relações intergeracionais, um local em comum foi identificado em muitas dessas experiências: as escolas. Então, passou-se a buscar informações sobre esses espaços e a se debruçar no entendimento das Comunidades de Aprendizagem por ser um modelo de escola mais atual e com uma visão diferente de atuação, permitindo a participação da comunidade na formulação de seu programa de aprendizagem. Nessa busca, percebeu-se que seus preceitos fundamentam os benefícios das trocas de experiências entre diferentes gerações. Contudo, esse trabalho não pretende limitar o espaço ao da escola, mas sim extrapolar seus limites. Dessa forma, buscou-se conceitos na Psicologia Ambiental, os quais pudessem fornecer a base teórica para a formulação de condições espaciais com objetivo de criar diferentes formas de lugares/ambientes que sejam facilitadores dessas relações.

Destaca-se que além de pensar em um modo a extrapolar os limites da escola para outros espaços/ambientes, é também necessário utilizar um modelo de atuação em que os idosos participem ativamente das atividades e sintam-se úteis, auxiliando na sua percepção de que o seu conhecimento tem valor e ainda tem muito a oferecer para a sociedade. Isso pode ser alcançado

através da sua troca de experiências com crianças em espaços projetados para favorecer atividades que tragam os benefícios já estudados anteriormente.

FIGURA 9: DIAGRAMA DE RELAÇÃO ENTRE OS TRÊS CONCEITOS ESTUDADOS



FONTE: Da Autora

A relação entre os conceitos, trazidas por esse diagrama (Figura 9), consiste (1) nos lugares em que os princípios e ações educativas das Comunidades de Aprendizagem sejam aplicados de modo a garantir o desenvolvimento das atividades e atingir os benefícios dessas relações; (2) a Docilidade Ambiental fornece elementos para aplicação em ambientes em que idosos e crianças sintam-se capazes de realizar as atividades intergeracionais; (3) lugares com características dóceis em que a aprendizagem e troca de experiências seja facilitada e (**A**) o ponto em comum entre os três temas estudados está em ser um lugar com características dóceis (de Acessibilidade, Desenho Universal, etc), onde se tenha um modelo de ação em que idosos e crianças participem ativamente, em pleno uso de suas capacidades, de

atividades benéficas a qualidade de vida e participação social de ambas as gerações.

Extrapolando limites, podemos pensar em espaços como praças ou parques públicos onde intervenções arquitetônicas ou urbanísticas ocorram a fim de projetar locais que propiciem atividades intergeracionais. Como exemplos de atividades que podem ser executadas nesses locais estão leitura de livros, rodas de conversas, formação de comunidades em torno da permacultura, criação de hortas coletivas, atividades culturais, e atividades que promovam saúde e bem estar. Podemos também pensar em espaços ociosos dentro, por exemplo, de um campus universitário, como o da UFSC, onde essas atividades possam ser realizadas, bem como diversas outras como aulas de dança e teatro, apresentações culturais, e sessões de cinema. Para isso, pode-se utilizar ou revitalizar locais nos centros dos cursos das respectivas áreas destas atividades, sempre tendo em mente a aplicação da Teoria da Docilidade nas intervenções de espaços já existentes ou na proposição de novos espaços.

Podemos, também, pensar em iniciativas públicas, como projetar Lares de Longa Permanência juntamente com Instituições de acolhimento de adolescentes e crianças, os quais possuam suas áreas restritas específicas mas com espaços/ambientes em que atividades que visem a interação entre seus moradores possa acontecer. Os relatos trazidos neste trabalho, feitos no campo das relações intergeracionais de idosos e crianças, podem ser usados como base e auxiliar na formulação de espaços dentro das escolas, creches ou asilos para que, através de programas específicos, possam ocorrer momentos de interação, como o demonstrado na experiência do documentário *Presente Perfeito*.

Nesse sentido, buscou-se também na Psicologia Ambiental um escopo de conceitos, que servem de fundamento para os pré-requisitos e as condições espaciais facilitadoras a serem adotadas nas características dos ambientes que podem ser propostos para propiciar, incentivar e beneficiar os encontros entre gerações.

Como já abordado, a Psicologia Ambiental pode ser caracterizada como o estudo da interação entre pessoas e o ambiente físico, estando diretamente

ligada à arquitetura, que se dedica a proposição de ambientes para o convívio social. (RAYMUNDO, 2010) Dentro dessa grande área de estudo, podemos encontrar conceitos como *Open Spaces*, Permacultura, Territorialidade, Ambientes Restauradores, Apropriação, Arranjo Espacial, Espaço e Lugar, Identidade de Lugar, Percepção Ambiental e de Pertencimento que servem como norteadores para a caracterização dos ambientes em que a ocorrência das interações geracionais possam acontecer.

Por *Open Spaces* pode-se entender como "Espaços Livres Públicos" que se caracterizam por ser, conforme Kuhnen, 2018 (p. 149): "um tipo de espaço livre, descoberto, ausente de edificação, com vegetação ou pavimentado, público ou privado, encontrado em contextos urbanos ou rurais." No contexto urbano compreendem as ruas, avenidas, calçadas e os ambientes recreativos e de lazer como praças, parques, praias e espaços que permitam o encontro, convivência e recreação. Vários benefícios são relacionados a presença de espaços verdes nas áreas públicas das cidades como a melhoria da saúde física, através da prática de atividades esportivas ao ar livre e da saúde mental, através da socialização e assim redução do estresse, bem como a promoção do bem estar dos usuários. Esses benefícios são observados em todas as faixas etárias, tanto para idosos quanto crianças, na diminuição dos problemas de saúde pública como obesidade, depressão, hiperatividade e déficit de atenção que atinge esses indivíduos pelo sedentarismo. (KUHLEN, 2018, p.151).

O conceito de Permacultura pode ser compreendido como um Estilo de Vida Sustentável, como um modo alternativo ao modo de vida contemporâneo e numa nova maneira de transformar a relação pessoa-ambiente, promovendo impactos positivos no meio ambiente e na qualidade de vida. Como vimos no capítulo 2, comunidades em torno da permacultura podem propiciar o relacionamento intergeracional sendo benéfico para os participantes e para o meio ambiente.

O termo territorialidade refere-se a compreensão das interações sociais e apropriação do entorno físico. (HIGUCHI, 2018, p. 228) Ao estabelecer um espaço para viver e socializar, as pessoas ou grupos delas passarão a controlar quem pertence ou não naquele espaço físico ocupado por elas.

Também irão determinar os usos sociais, assim o senso de apropriação e apego ao lugar vão se formando. "Esses processos de vivências promovem por sua vez, as características de pertencimento e identidade de lugar, as quais são parte integrante das territorialidades existentes no ordenamento do espaço." (HIGUCHI, 2018, p.229).

Nesse sentido, Higuchi (2018, p. 234) diz que:

Territorialidade é, pois, um bom referencial para aprofundarmos a compreensão do comportamento humano associado ao lugar. O estudo das territorialidades nos informa o conjunto de subjetividades e padrões materiais que são manifestados por um indivíduo ou grupo, os quais devem contextualizar não apenas aspectos psicossociais e culturais como também o momento histórico dessa manifestação e o ambiente físico em que acontecem.

Saber a natureza do uso social e como um território se organiza, e como se processa essa relação, pode-se propor de maneira mais efetiva diretrizes de projeto, programas educacionais, etc.

Os Ambientes Restauradores são aqueles que permitem restauração da atenção e da fadiga mental frente às exigências cotidianas com demandas cada vez maiores na vida que podem afetar de maneira negativa as condições psicossociais e as habilidades das pessoas. Nesse sentido, vem a Teoria dos Ambientes Restauradores que defende que diante de situações de estresse os ambientes naturais têm maior poder de restauração das condições fisiológicas e psicológicas humanas. Mas investigações científicas têm apontado que ambientes construídos também podem ter esse efeito restaurador através de propriedades que promovam o bem-estar. (SILVEIRA, 2019, p.10). De acordo com os estudiosos da área, para ser um Ambiente Restaurador, este deve ter quatro características: "Escape", que se refere ao ato de se dirigir fisicamente a um local e ou ao escape mental, observar uma paisagem através de uma janela; "Escopo", o ambiente deve conter elementos suficientes para que seja percebido pelo observador, que engaje a mente do indivíduo; "Fascinação", é o processo em que o indivíduo se conecta com o lugar, que desperta a atenção e permite perceber como agir naquele local, e "Compatibilidade", que se refere

ao nível de conexão entre o que o local tem a oferecer e os anseios que a pessoa tem em fazer naquele local. Considerando esse conceito podemos desenvolver melhor as Condições Espaciais Facilitadoras, incorporando propriedades dos ambientes naturais, formas sensoriais para aplicação nos ambientes que promovam de melhor maneira o bem-estar e a qualidade de vida dos usuários.

Incorporando diversos outros conceitos da relação pessoa-ambiente, o Apego ao Lugar ou vínculo com o lugar, foca atenção nas características físico-espaciais do lugar, aos significados simbólicos que estão associados a ele pelos indivíduos. É um conceito que possui três dimensões: a funcional, ou seja, característica do espaço de atrair, acolher e interferir nos comportamentos das pessoas nesse espaço; a simbólica que é o significado simbólico individual e sociocultural entre a pessoa e ambiente; a relacional que corresponde a interação entre as pessoas e as características desse ambiente em que a relação ocorre, e que ao se perceber pertencente a um grupo surge o sentimento de comunidade.

Outro conceito importante para analisarmos Apropriação que se caracteriza por ser um processo psicossocial na relação do indivíduo com seu entorno através do qual "se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando *um lugar seu*." (CAVALCANTE, 2011, p.63) Pode-se afirmar que toda ação humana reflete-se em uma apropriação, pois a pessoa se projeta em um espaço, ao mesmo tempo que o interioriza. "A apropriação constitui um dos processos fundamentais da relação pessoa-ambiente e da formação de *lugares*, que são a marca da natureza humana no espaço." (CAVALCANTE, 2011, p. 68) Conclui-se que no conceito de apropriação tem-se implícito que um espaço pode ser adaptado pela definição do uso por uma pessoa e pelas ações que se tem nesse espaço.

Espaço e Lugar, é um conceito dentro da Psicologia Ambiental que cada termo possui significado próprio. Espaço se refere ao aspecto físico de um ambiente, e Lugar refere-se aos aspectos de sentidos que os indivíduos atribuem aquele ambiente físico. "A relação da pessoa com um espaço é o que permite sua transformação em *lugar*." (CAVALCANTE, 2011, p.184) A transformação de um espaço em lugar não depende de quanto tempo a relação

acontece ou do tipo de uso daquele espaço, mas sim da sensação causada na relação pessoa ambiente e do tipo de vínculo que ocorre. Desse conceito, passamos a Identidade de Lugar, que é "uma subestrutura da identidade pessoal" (MOURÃO, 2011, p. 208) formada a partir da interação da pessoa com o seu entorno tanto físico como social. A formação da identidade de lugar se dá através da percepção de um conjunto de aspectos cognitivos, de vínculos emocionais e de pertencimento aos espaços que o sujeito cria vínculos. "A identidade de lugar é construída a partir dos espaços de pertencimento e vivência, envolvendo tempo de exposição ao lugar e possibilidade de transformá-lo em busca da satisfação." (MOURÃO, 2011, p.215).

A Percepção Ambiental relaciona-se a maneira como as pessoas sentem, experimentam e identificam os aspectos físicos, aspectos sociais (afeto, preferências, etc), aspectos culturais (significados, valores, estética) e aspectos históricos como contextos políticos e econômicos. Genericamente, o conceito de Percepção Ambiental pode ser compreendido como uma maneira de se pensar o ambiente. (KUHNEN, 2011, p. 255) Complementando a elucidação desse conceito, Kuhnen (2011, p. 355-356) diz:

Esses elementos físicos são, em última instância, produtos sociais que, junto com suas propriedades materiais, produzem comportamentos específicos. Assim, a maneira de ocupar um espaço e transformar a sua materialidade está ligada à natureza social dos comportamentos associados àqueles objetos ou contexto físico.

Então, para se pensar um espaço físico deve-se ter em mente que faz parte de um espaço social e que de certa maneira reflete os aspectos socioculturais das pessoas que nele se inserem. Vale ressaltar que conhecer o conceito da Percepção Ambiental nos permite configurar os aspectos da relação pessoa-ambiente, de modo que nos permite perceber como ocorre essa relação e suas mudanças, "gerando compreensões sobre as influências das características ambientais sobre o comportamento das pessoas e, conseqüentemente, do comportamento das pessoas sobre o ambiente." (KUHNEN, 2011, p.262-263)

Esses temas, próprios da Psicologia Ambiental nos permitem definir alguns pré-requisitos para a formulação das Condições Espaciais Facilitadoras. No sentido em que representam importantes aspectos a serem compreendidos e considerados pelo Arquiteto Urbanista no momento de idealizar um projeto arquitetônico ou urbanístico. Esses temas se somam aos demais abordados nesse trabalho, de modo a orientar a melhor maneira de projetar espaços em que ocorram as relações intergeracionais entre idosos e crianças.

A partir da compreensão dos conceitos apresentados neste trabalho, do entendimento de que eles estão conectados, e dos exemplos de experiências que fornecem uma ideia de lugares/ambientes que priorizam o convívio social intergeracional, podemos conceber elementos que permitem a formulação de Condições Espaciais Facilitadoras para futuros projetos arquitetônicos, onde a Docilidade Ambiental e demais conceitos da Psicologia Ambiental sejam observados.

Passaremos agora ao capítulo que elencará o que pode ou não ser feito, apresentando requisitos e condições mínimas que devem existir para que as Condições Espaciais Facilitadoras de projeto formuladas, que também serão apresentadas no capítulo seguinte, possam ser aplicadas e, assim, auxiliar da melhor maneira na orientação de projetos na área.

5. CONTRIBUIÇÃO

Neste capítulo passamos à elaboração de pré-requisitos e Condições Espaciais Facilitadoras que são a contribuição deste ensaio experimental. Após discorrer sobre as relações Intergeracionais entre idosos e crianças, apresentar exemplos de como e em que espaços elas podem ocorrer, buscou-se entender sobre as características, como se formam e quais são os princípios das Comunidades de Aprendizagem. Além disso, buscou-se compreender a matriz teórica da Psicologia Ambiental, e alguns de seus conceitos, mais profundamente sobre a Teoria da Docilidade Ambiental, e analisar relatos de experiências sobre esses conceitos. Agora o presente trabalho irá apresentar em tópicos as Condições Espaciais Facilitadoras de projetos e alguns pré-requisitos, que são as condições mínimas para que essas condições possam funcionar e ser concretizadas da melhor maneira.

A elaboração desse ensaio experimental objetivou encontrar os requisitos ambientais para que as relações intergeracionais pudessem ocorrer, assim após a busca teórica chegou-se a definição dos pré-requisitos e Condições Espaciais Facilitadoras, que poderão servir de base ou guias para futuros projetos arquitetônicos e urbanísticos. Como produtos adicionais deste trabalho, foram produzidos cartões digitais de divulgação de conteúdo para mídias sociais (ver Apêndice), bem como um *e-book* com a síntese deste estudo, a ser disponibilizado através do site do Laboratório de Psicologia Ambiental - LAPAM (<https://lapam.cfh.ufsc.br/>) e do site do repositório da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (<http://www.repositorio.ufsc.br>).

5.1 PRÉ-REQUISITOS

Primeiramente trataremos dos pré-requisitos, que são orientações sobre condições necessárias ou desejadas à implementação de um lugar promotor de relações intergeracionais. São requisitos, premissas mínimas para que as Condições Espaciais Facilitadoras possam acontecer efetivamente em projetos

arquitetônicos ou urbanísticos. A elaboração desses pré-requisitos vem da pesquisa sobre os temas da Psicologia Ambiental, principalmente como meio de aplicação da Teoria da Docilidade Ambiental, que nos fornece elementos importantes para propiciar a melhor relação entre a pessoa e o ambiente ao seu entorno.

A seguir será elencado e explicado cada um desses pré-requisitos:

5.1.1 Ergonomia

A ergonomia é uma disciplina que aborda de forma sistêmica os aspectos relacionados à atividade humana. Possui como meta principal promover e sustentar as melhores maneiras de adequar o ambiente ao seu usuário. Tem como principais objetivos a satisfação e conforto dos indivíduos e garantir que a prática das atividades (laboral, relaxamento, uso de equipamentos e mobiliários) não tragam danos à saúde dos mesmos. Preocupa-se em garantir que um projeto (arquitetônico, de interiores, de produtos, equipamentos e mobiliário) venha a atender às necessidades e complementar as habilidades e capacidades dos indivíduos, buscando adaptá-los às suas necessidades e minimizar os efeitos de suas possíveis limitações. (CORRÊA, 2015, p. 1-2)

Portanto, a ergonomia vem como pré-requisito a ser observado, para que ao se projetar os ambientes em questão, os mesmos tenham características adaptadas às necessidades distintas entre os usuários. Isso é importante pois tratam-se de idosos e crianças, cada um com habilidades e capacidades diversas. Ou seja, suas alturas são diferentes, o alcance de seus membros são diferentes, a agilidade mental é distinta, assim como a agilidade e capacidade de locomoção, a necessidade de apoio para realização das diversas atividades.

Por esses motivos, propõem-se a ergonomia como pré-requisito para garantir que o projetista tenha um conhecimento aprofundado sobre essa disciplina, aplicando seus conceitos quando projetar os espaços internos dos ambientes. É necessário observar a distribuição dos elementos arquitetônicos

que compõem esses espaços, até a locação e configuração de mobiliário e equipamentos, buscando pesquisas na área que se concentrem em idosos e crianças.

Dentro desse item, poderia-se trazer a questão da observância em relação aos mobiliários de apoio, da acessibilidade e desenho universal dos ambientes. Contudo, serão apresentados como itens distintos, para um melhor destaque dos mesmos e para que sejam observados de maneira mais aprofundada pelos projetistas.

5.1.2 Mobiliário de apoio

Esse item é apresentado de maneira separada da ergonomia como forma de aprofundar em maiores detalhes e destacar a importância da observância de normas e manuais de dimensionamento humano para os mobiliários, espaços internos e externos e equipamentos urbanos. Isso garante assim o desenvolvimento pleno das atividades entre as crianças e idosos.

Destaca-se a busca por orientações em normas específicas da ABNT, como a NBR 9050 - "acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos", a NBR 9283 - "Mobiliário urbano - classificação", a NBR 9284 - "Equipamento urbano - classificação", NBR 16.537 - "acessibilidade - sinalização tátil do piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalações", entre outras. Assim como a busca por manuais de ergonomia como o de Kroemer, (2005) E O Zelnik, (2006), Neufert, (2013) e diversos outros que apresentem referências sobre mobiliário de apoio e ergonomia.

Pensar e projetar de forma diferenciada, levando em conta a diversidade dos usuários, permite que os idosos e crianças possam realizar as atividades de maneira segura e desenvolvendo ao máximo suas capacidades. Adaptando o mobiliário de apoio às suas dimensões antropométricas, as suas limitações de movimentos, bem como às diferentes atividades que se deseja realizar, permite com que as mesmas sejam praticadas com sucesso e em segurança e conforto no lugar que está sendo projetado.

5.1.3 Acessibilidade e desenho universal

Somando-se aos itens da ergonomia e do mobiliário de apoio, temos a acessibilidade e o desenho universal como pré-requisitos indispensáveis para que as Condições Espaciais Facilitadoras de projeto possam ser desenvolvidas da melhor maneira.

Como afirma Cambiaghi (2019, n.p.), para o desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos, o profissional da área deve sempre ter em mente a diversidade de usuários, buscando o seu bem estar, para que possam usufruir dos ambientes projetados de modo autônomo, seguro e desenvolvendo de forma plena as suas habilidades. A eficácia da interação entre os indivíduos e os ambientes depende das suas capacidades pessoais e do modo como são projetados os ambientes que os rodeiam. Então, para que essa interação pessoa-ambiente ocorra da melhor maneira, deve-se garantir um desenho universal desses ambientes e que a acessibilidade esteja garantida.

Por Desenho Universal entende-se como aquele que atende a uma grande diversidade de usuários, àquele que é inclusivo, atendendo às necessidades funcionais das mais diversas características de indivíduos e de suas habilidades. Ou seja, permitir a acessibilidade e utilização dos ambientes construídos com autonomia e segurança pelos diversos tipos de pessoas; nesse caso pelos idosos e crianças. Por acessibilidade entende-se pela característica de um ambiente permitir e dar condição de livre acesso, de percepção e entendimento da sua espacialidade de forma segura e autônoma à maior diversidade de usuários.

Esse terceiro pré-requisito, junto com a ergonomia e mobiliário de apoio, deve estar muito bem englobado pelas diretrizes e pelo programa de necessidades de um projeto que vise o relacionamento intergeracional, de modo que seja adaptado às capacidades e a atender as necessidades específicas dos idosos e crianças. Ou seja, facilitar sempre o uso para todos, incluindo os com diminuição da mobilidade que necessitam, por exemplo de

andadores, bengalas ou cadeiras de rodas, assim como os que possuam uma diminuição da capacidade visual, auditiva ou cognitiva.

5.1.4 Habitabilidade

Este pré-requisito busca garantir que os ambientes projetados observem características de habitabilidade de modo que garantam o conforto térmico, acústico, lumínico, qualidade do ar e a funcionalidade. Ou seja, que estratégias bioclimáticas sejam utilizadas durante a concepção do projeto, permitindo que os ambientes sejam muito bem iluminados, seja luz natural ou artificial; arejados, com estratégias de ventilação cruzada, garantindo a qualidade do ar; e demais meios de garantir conforto térmico.

Aqui busca-se garantir que o projetista pesquise as estratégias mais eficazes para cada projeto, visando incorporar elementos de arquitetura sustentável, com eficiência energética, térmica e acústica.

5.1.5 Ambientes restauradores

Esse pré-requisito vem do conceito da Psicologia Ambiental, o qual já foi apresentado neste trabalho, e que nos diz que os ambientes restauradores são os que possuem características que promovam o bem-estar, a redução do estresse. Geralmente, os ambientes que apresentam características restauradoras são os ambientes naturais, mas pode-se planejar ambientes internos que permitam ter uma conexão com a natureza, não necessariamente sendo ao ar livre.

Nesse sentido, encontra-se a Neuroarquitetura, que é a neurociência aplicada à arquitetura, que estuda a influência e os impactos dos ambientes construídos na vida das pessoas, e o seu comportamento e integração ao meio, com a elaboração de projetos que criem conexão e emoção dos usuários. A qual estuda também como as edificações podem influenciar comportamentos.

Logo, um ambiente que almeja a restauração dos usuários deve ter a valorização do conforto, do bem-estar, da qualidade funcional do ambiente e possibilitar o despertar de sensações de aconchego, acolhimento e de local agradável para interação entre pessoas. Portanto, deve-se priorizar um estudo das sensações que o ambiente proporciona, priorizar a ergonomia, a circulação, os fluxos, a funcionalidade e a qualidade estética.

5.1.6 Percepção ambiental

Traz-se a percepção ambiental como um pré-requisito num contexto de valorização da experiência no espaço arquitetônico. De modo a reconhecer elementos que são condicionantes do bem-estar dos indivíduos que interagem com os espaços. Compreender quais percepções são geradas através da interação cognitiva entre um sujeito e o ambiente nos permite levantar atributos positivos e negativos auxiliando o arquiteto e urbanista na elaboração do projeto. (NIEMEYER, 2018, p. 44-45)

Como apresentado anteriormente, no item 2.4 Relatos de Experiências, o estudo abordado no artigo "A Pré-escola e o Centro de Convivência para idosos enquanto cenários de relações intergeracionais" (PEDROSO, 2017) traz a Percepção Ambiental como um fator importante para a ocorrência das interações intergeracionais. Para os idosos as características do ambiente podem estimular sua memória, já para as crianças estimula a percepção de espaços, associação a cheiros, cores e sons dos ambientes.

Assim, deve-se atentar aos detalhes arquitetônicos e estéticos dos ambientes projetados, para que a conexão com os espaços e a interação através dos sentidos ocorra de forma positiva. Para identificar esses atributos, pode-se realizar pesquisas com os usuários do projeto para entender como se relacionam com o ambiente, trazendo clareza sobre quais características ambientais influenciam no comportamento dos idosos e crianças. Visando, assim, a melhor experiência de interação entre eles.

5.1.7 Vínculo ao lugar

O conceito de Apego ao lugar ou Vínculo ao lugar vem como pré-requisito no sentido de dar atenção às características físicas e espaciais do ambiente, assim como aos significados afetivos que os usuários associam ao ambiente. Dessa forma, deve-se observar elementos visuais que proporcionem uma conexão com o espaço.

De acordo com a Psicologia Ambiental esse conceito envolve três dimensões. Funcional – que é a dimensão do espaço físico como um elemento atrativo, encorajador ou inibidor de atitudes, interferindo dessa maneira nos comportamentos que devem ocorrer no espaço. Esse espaço físico pode proporcionar bem-estar, uma atmosfera de colaboração, de interação e de troca de experiências. Simbólica – compreende o caráter simbólico de origem sociocultural do indivíduo e influencia como se relaciona com o espaço. Relacional – diz respeito a interação entre o envolvimento social do indivíduo e as características do ambiente onde este acontece. Essa relação através da conexão cognitiva e afetiva entre os indivíduos e os ambientes permite o surgimento do sentimento de comunidade, ou seja, os indivíduos se sentem pertencentes àquele grupo e àquele lugar. (ELALI, 2011, p. 55-57)

Portanto, ao se elaborar um ambiente que vise a interação entre as gerações estudadas, deve-se buscar elementos arquitetônicos que permitam personalização do ambiente pelos usuários. Eles devem permitir um maior contato com a natureza, possuindo elementos que proporcionem memórias afetivas aos idosos e às crianças. É necessário possuir áreas para atividades descontraídas, que permitam um controle individual das funcionalidades do ambiente e que possuam elementos que tragam a sensação de segurança e pertencimento.

5.1.8 Cuidado com o arranjo espacial

Esse pré-requisito se refere aos aspectos físicos e ambientais que integram a organização de um espaço. Referindo-se ao modo como os elementos arquitetônicos estão dispostos e como o mobiliário de apoio está distribuído e posicionado entre si. Dessa maneira, configuram-se espaços amplos e funcionais.

É um conceito que inclui distintas dimensões, como segurança, conforto, autonomia e privacidade. Dependendo da dimensão física e do arranjo espacial do ambiente, diferentes atividades podem ser desenvolvidas e incentivadas. Deve-se levar em consideração a duração e qual velocidade deseja-se que as atividades aconteçam e bem como ter definidas quais interações sociais deseja-se que ocorram de acordo com o modo de utilização do espaço. Portanto, deve-se estabelecer previamente na elaboração do projeto quais atividades e meios de interação entre os idosos e crianças deseja-se incentivar no ambiente, pois diversas são as opções de atividades e modo que podem ser desenvolvidas.

5.1.9 Promover ações e programas de iniciativa pública

A promoção de ações e programas de iniciativa pública vem como pré-requisito no sentido de que sirvam como incentivo e meio de permitir o desenvolvimento de projetos arquitetônicos e urbanísticos que visem a elaboração de espaços fechados ou abertos para a realização de atividades que proporcionem o relacionamento intergeracional entre idosos e crianças.

Torna-se um pré-requisito pois sem essas iniciativas públicas, o mais provável é que projetos com esse programa de necessidades só venha a ser elaborado pela iniciativa privada, estando os benefícios desses ambientes restritos a uma pequena parcela da sociedade.

5.2 CONDIÇÕES ESPACIAIS FACILITADORAS

Pode-se observar, a partir da análise dos pré-requisitos, que esses fazem parte de um rol de condições mínimas para que a Docilidade Ambiental esteja aplicada aos ambientes que propõe esse trabalho. Um ambiente dócil é aquele que contém características que otimizam o uso das capacidades pessoais e que permitem o desempenho das suas habilidades. Ou seja, permitem o fácil deslocamento e a usabilidade. Dentro do conceito de desenho universal, usabilidade entende-se pela adequação do ambiente a realização de usos e atividades pelo maior número de indivíduos, considerando a sua diversidade de habilidades. As características do ambiente devem também levar em consideração a orientação espacial, o conforto térmico, acústico e de iluminação, e possuir mobiliário de apoio apropriado às atividades e necessidades dos usuários.

Para isso, deve-se conhecer as condições psicossociais individuais e as capacidades dos indivíduos. No caso deste estudo, deve-se observar quais características tornam o ambiente dócil para os idosos e quais o tornam dócil para crianças. Permitindo, assim, que as relações intergeracionais ocorram da melhor maneira possível.

As Condições Espaciais Facilitadoras são orientações que compõem o processo projetual, são um instrumento que orienta as decisões projetuais para criar subsídios favoráveis para que a relação pessoa-ambiente ocorra da melhor forma. A partir do estudo teórico sobre os conceitos abordados neste trabalho e da análise das experiências relatadas, apresentam-se as Condições Espaciais Facilitadoras que poderão servir de base para a elaboração de projetos arquitetônicos ou urbanísticos sobre o tema.

5.2.1 *Criar espaços de convivência ao ar livre*

Como observado no relato de experiência da Casa de Repouso e pré-escola em Seattle/USA, algumas atividades intergeracionais se davam em

parques e áreas com brinquedos infantis ao ar livre. De acordo com os conceitos da Psicologia Ambiental, os ambientes que mais propiciam o bem-estar e convívio social são os espaços com contato com a natureza.

Por esse motivo, se propõe a condição espacial facilitadora de criar locais de convivência ao ar livre, com espaços amplos, acessíveis (rampas de acesso ou áreas sem desníveis), e com mobiliário urbano de apoio (bancos para descanso, mesas com bancos para refeições). Esses espaços podem ser pensados para serem executados em áreas públicas institucionais e áreas verdes públicas (praças, parques, etc). Podem ser planejados ambientes semi-abertos, ou seja que possuam proteção das condições do tempo através de elementos arquitetônicos, mas sem perder o contato com a natureza. Espaços totalmente abertos também podem ser planejados, mas sempre observando os pré-requisitos necessários.

5.2.2 Revitalizar espaços públicos de convivência

Na busca de qualificação das cidades em prol do meio ambiente e da saúde e bem-estar da população, projetos de revitalização de espaços públicos já existentes são essenciais. Diferentes maneiras de intervenções nas cidades podem propor alterações nesses espaços visando a qualidade de vida de todos.

Essa condição espacial facilitadora visa a proposição de projetos arquitetônicos e urbanísticos que objetivem a revitalização (que recuperam espaços), a renovação (proposta de alteração do uso), a requalificação (dando nova função), e de restauração (sem alterar o uso) de espaços que estejam abandonados, em desuso ou depreciados nas cidades.

Para que o projeto atenda ao objetivo específico de incentivar as relações intergeracionais entre idosos e crianças, o seu planejamento deve apoiar-se nos pré-requisitos já abordados e na participação ativa da comunidade. Contudo, os benefícios da revitalização e transformação das zonas ou áreas urbanas devem impactar de modo benéfico a todos que fazem parte da comunidade.

5.2.3 Revitalizar/criar áreas para atividades físicas e de lazer em parques e praças

Essa condição espacial facilitadora se direciona a projetos específicos de elaboração ou de revitalização de áreas específicas dentro de parques ou praças públicas, onde existam ou proponha-se a existência de equipamentos urbanos públicos para a realização de atividades físicas por idosos e crianças.

Projetos que englobam no mesmo espaço as "academias" da terceira idade e, no caso das crianças, parquinhos podem ser opções ideais para realização de atividades de programas de promoção e prevenção à saúde e desenvolvimento. Essas áreas devem possuir equipamentos de apoio adequados que promovam a atividade física bem como o desenvolvimento cognitivo criativo. Recomenda-se também a elaboração de projetos com programas que visem não apenas atividades físicas, mas como também as atividades recreativas e de lazer como caminhadas, passeios com animais de estimação, e que estimulem atividades culturais, de leitura e relaxamento.

A elaboração de projetos com esse objetivo permite a proposição de programas de iniciativa pública para a realização de atividades recreativas que envolvam idosos e crianças, e promovam os benefícios apontados neste trabalho, ou seja, a qualidade de vida e bem estar dessas duas gerações.

5.2.4 - Criar caminhos com a conexão de áreas verdes - "caminho das flores"

condição espacial facilitadora que orienta a elaboração de proposta urbanística de intervenção nos bairros, nos campos universitários públicos e nas cidades, no sentido de criar caminhos que se conectem através de áreas verdes públicas. Caminhos que contenham características dóceis que permitam o relaxamento, o convívio social e por consequência as relações entre pessoas de diferentes gerações. As conexões desses caminhos podem ser percorridas a pé, por bicicletas, por pequenos meios de locomoção elétricos ou até mesmo através de transportes públicos. Como "caminho das flores" se

propõem como um elemento dócil de conexão entre esses espaços, de modo que possam ser observadas diferentes espécies vegetais nativas do local ao longo do trajeto.

Deixa-se um vácuo de elementos mais específicos para que sejam desenvolvidos caso a caso nas propostas de projeto. O que se busca com essa condição espacial facilitadora é trazer uma proposta de projeto e orientação para formulação dos programas de necessidades específicos.

5.2.5 Desenvolver propostas de espaços que visem atividades como a permacultura

Essa premissa é proposta baseada nos estudos de casos já apresentados, que buscam a formação de comunidades em torno da permacultura, como o "Programa Permacultura na Escola" e o programa "Natureza, escola de permacultura itinerante" que são programas de educação ambiental e fazem parte de programas pedagógicos em escolas de educação em prol da bioconstrução, permacultura, arte ambiental e sustentabilidade, e bem como no programa dos "Quintais sustentáveis", que visa ensinar o cultivo dos próprios alimentos e a inclusão social.

Orienta a elaboração de projetos que proponham a criação de hortas comunitárias e espaços de ensino em torno da permacultura em diversas áreas das cidades. Que visem a formação de comunidades em torno da permacultura e que realizem atividades como plantio de plantas ornamentais e alimentos orgânicos que podem estar disponíveis para toda a comunidade. Espaços que se destinem à educação ambiental, que ensinem as pessoas a cultivar seus próprios alimentos nas hortas comunitárias ou nas suas próprias casas, que permitam as trocas de conhecimentos, rodas de conversa com temas da sustentabilidade, da inclusão social e como meio de participação ativa na sociedade. Permitindo assim, o convívio intergeracional.

5.2.6 Criar espaços para atividades culturais

Elaboração de espaços para desenvolvimento de atividades culturais e artísticas como pintura, dança, apresentações musicais e de peças de teatro, bem como rodas de conversas.

Como visto nos relatos do documentário *Presente Perfeito*, no projeto "Era uma vez... atividades intergeracionais" do SESC/SP São Carlos e do encontro musical na escola municipal de Jaraguá do Sul/SC, as atividades culturais são um meio positivo de ocorrerem as relações intergeracionais. Para que essas interações ocorram da melhor maneira deve-se propor projetos para espaços específicos para atividades desse fim. Esses espaços devem conter salas com características específicas para o desenvolvimento de atividades de leitura, de rodas de conversas e de atividades manuais. Bem como espaços específicos para apresentação de teatro, apresentações musicais e de dança feitas em conjunto pelos idosos e crianças.

5.2.7 Desenvolver projeto de lares de longa permanência de idosos (ILPI) e instituições de serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (SAICA)

Propõem-se a elaboração de projetos arquitetônicos que tenham como programa de necessidades desenvolver um espaço que englobe Lares de Longa Permanência e Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Esses espaços podem estar envoltos por um único partido arquitetônico ou separados, mas que possuam conexões para que as atividades entre os idosos e crianças possam ocorrer.

Pode-se pensar em projetos em que Lares de Longa Permanência para idosos e Instituições de acolhimento de crianças e adolescentes estejam num mesmo terreno, que possuam áreas verdes de convivência, espaços ao ar livre com bancos e mesas de apoio, espaços internos comuns adaptados para

trocas de experiências, como conversas, passeios, realização das diversas atividades já listadas neste trabalho.

Essa condição espacial facilitadora incentiva a realização de projeto de ambientes específicos de moradias de idosos e crianças que se encontram em um modo de isolamento social. O objetivo é que o programa de necessidades contenha características que atendam às necessidades específicas de cada instituição, bem como as necessidades individuais de cada geração. Durante a elaboração do projeto deve-se levar em consideração os espaços individuais, como dormitórios e banheiros, bem como os espaços coletivos como cozinhas, salas de refeições, salas de convivência, etc.

5.2.8 Propor ambientes específicos em escolas

Assim como a condição espacial facilitadora 5.2.7, esta visa a proposição de projetos específicos dentro das escolas, sejam elas públicas ou privadas. Como visto nos relatos de experiências, um lugar em comum eram as escolas, na quais as atividades aconteciam em salas de aulas adaptadas ao mobiliário existente. O que se propõe é que sejam elaboradas intervenções de modo a criar espaços específicos para que as atividades intergeracionais aconteçam da melhor maneira, tendo mobiliários e características ambientais apropriadas.

Como visto nas características de formação das Comunidades de Aprendizagem, as escolas são espaços de formação educacional, cultural e de trocas de conhecimentos entre todos que fazem parte daquela comunidade. Assim, é necessário caracterizá-las como um lugar em que as atividades intergeracionais podem acontecer da melhor maneira possível, sendo observados todos os pré-requisitos para a qualificação do espaço.

5.2.9 Elaborar projetos de intervenção arquitetônica em áreas ociosas em campus universitários

Aqui destacam-se projetos que identifiquem nos campus das universidades públicas, áreas que estão em desuso ou que estejam degradadas ou ociosas. Propondo-se, assim, intervenções de revitalização e requalificação desses espaços, visando torná-los lugares para que a comunidade possa usufruir de atividades que visem as trocas de experiências entre gerações.

Na UFSC, por exemplo, temos o prédio do antigo centro de convivência que poderia sofrer uma intervenção e transformá-lo nesse lugar onde toda a comunidade acadêmica e da cidade poderia usufruir. Um lugar onde os idosos pudessem participar de rodas de conversas com os estudantes, trazendo sua bagagem cultural, política e de vida.

Esse projeto poderia incluir espaços colaborativos, onde os jovens universitários pudessem contribuir ensinando idosos as tecnologias da informação, atualizando e aperfeiçoando as habilidades frente às mudanças rápidas nessa área. Assim como permitisse receber alunos de escolas públicas para o desenvolvimento de diversas atividades de extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tratou sobre a compreensão dos benefícios e estudos sobre o tema relacionamento intergeracional entre idosos e a geração mais jovem. Teve como objetivo geral encontrar respostas de como deve ser o ambiente para a realização de atividades que proporcionem e favoreçam as relações intergeracionais entre idosos e crianças. Buscou-se, através da análise das características e princípios formadores das Comunidades de Aprendizagem e da compreensão da teoria da Docilidade Ambiental, demonstrar que existe uma relação entre esses dois grandes conceitos e como eles podem influenciar positivamente nas propostas projetuais de ambientes para esse fim, orientando na elaboração das condições espaciais facilitadoras e do programa, e que tipo de organização espacial é necessária. Como objetivos específicos, buscou-se caracterizar a relação idoso-criança; conhecer sobre as redes de comunidades de aprendizagem; descrever a teoria da docilidade ambiental, trazendo de uma forma breve a matriz teórica da Psicologia Ambiental; demonstrar as possibilidades de conexão entre os temas; apresentar relatos de experiência sobre os temas abordados; encontrar os benefícios das relações almejadas; e definir quais características ambientais favorecem a relação intergeracional.

A partir da visualização da relação entre os grandes temas abordados, pode-se afirmar que podemos extrapolar os limites das escolas como formadores de Comunidades de Aprendizagem. Viu-se aqui que a Teoria da Docilidade Ambiental pode ser aplicada a qualquer espaço, não só para idosos mas para crianças também, e assim auxiliar na elaboração de premissas que permitam a formulação de projetos para espaços onde essa experiência possa acontecer da melhor maneira.

Com esse estudo, obteve-se como resultado a formulação de um conjunto de pré-requisitos e condições espaciais facilitadoras. Os pré-requisitos são condições mínimas que permitirão que as experiências aconteçam da maneira mais assertiva através das condições espaciais facilitadoras aplicadas em programas de projetos. Esses pré-requisitos foram: (1) a ergonomia, dando atenção ao (2) mobiliário de apoio adaptado aos usuários para o

desenvolvimento pleno das atividades entre as crianças e idosos; (3) acessibilidade e desenho universal, permitindo a livre circulação e uso dos espaços levando em consideração a diversidades de usuários e suas possíveis limitações; (4) a idealização de ambientes sustentáveis onde a insolação e ventilação cruzada garantam que os mesmos sejam ambientes iluminados e arejados, propiciando conforto térmico e acústico como prioridade nas características do ambiente; (5) a compreensão do tema ambientes restauradores e assim garantir que as características sejam de promoção do bem-estar e a redução do estresse e conexão com a natureza; (6) a percepção ambiental, com o fornecimento de elementos que tragam a sensação de segurança e pertencimento; (7) a promoção de vínculo com o lugar, através da observância de elementos visuais que proporcionem uma conexão com o espaço; (8) o cuidado com o arranjo espacial, projetando espaços amplos e funcionais e (9) incentivar e promover ações e programas de iniciativa pública que visem a relação entre idosos e crianças como políticas de bem estar social.

A partir desses pré-requisitos foram elencadas as condições espaciais facilitadoras para orientar e guiar os futuros projetos: (1) criar espaços de convivência ao ar livre; (2) revitalizar espaços públicos de convivência; (3) revitalizar/criar áreas para atividades físicas e de lazer em parques e praças: adaptados a idoso e crianças para desenvolvimento de programas de prevenção à saúde; (4) Criar caminhos com a conexão de áreas verdes - “caminho das flores”; (5) desenvolver propostas de espaços que visem atividades como a permacultura: plantio de plantas ornamentais e alimentos orgânicos que podem estar disponíveis para a comunidade; (6) Criar espaços para atividades culturais; (7) Desenvolver projeto de lares de longa permanência de idosos (ILPI) e instituições de serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes (SAICA); (8) propor ambientes específicos em escolas: que promovam oportunidades para formação/desenvolvimento de rodas de conversa e discussão de ideias, compartilhamento de experiências e (9) elaborar projetos de intervenção arquitetônica em áreas ociosas em campus universitários.

Encontrou-se limitações de realizar pesquisas em campo, devido às imposições de restrição da pandemia da Covid-19. Assim, não foi possível

fazer visitas em casas de repouso, lares de longa permanência de idosos, escolas e creches municipais para aplicação de questionários e conversar com representantes das diferentes faixas etárias para obtenção de mais dados para a pesquisa. Outra dificuldade encontrada foi acesso a livros para o embasamento teórico do assunto, a pesquisa foi feita basicamente com acesso à artigos. Apesar da dificuldade, é um tema que contribui diretamente para o conhecimento teórico do curso de arquitetura e urbanismo. Esse tema permite compreender de que forma pode-se planejar ambientes que contribuam para o convívio saudável de crianças e idosos.

Recomenda-se que novas pesquisas sobre o tema sejam realizadas a partir da ideia trazida por este ensaio experimental. Por exemplo, pesquisas de extensão ou projetos de mestrado com aplicação de metodologias específicas para obtenção de mais dados podem auxiliar a validar as condições espaciais facilitadoras trazidas aqui, e encontrar novas possibilidades de aplicação. Pensando em uma forma que pode ser desenvolvida uma nova pesquisa, pode-se utilizar a Avaliação Pós Ocupação (APO), a qual é fundamentada na Psicologia Ambiental e se caracteriza por ser um conjunto de metodologias e técnicas de avaliação de informações de desempenho de ambientes construídos, sob o ponto de vista tanto dos especialistas da área da arquitetura como de seus usuários. Essas informações são confrontadas para que se chegue a um diagnóstico e, assim, estabelecer recomendações e intervenções para os espaços analisados e diretrizes para futuros projetos.

Dessa forma, destaca-se aqui a importância de elaboração de pesquisas e trabalhos teóricos ou práticos futuros, sem as restrições da pandemia. Os mesmos podem ser feitos com a aplicação da Avaliação Pós Ocupação, através de suas técnicas, fazendo visitas in loco e elaborando questionários, etc, e fazendo assim um estudo mais profundo de casos semelhantes aos estudados neste trabalho. Seria importante através desses futuros trabalhos buscar a opinião dos usuários e assim conhecer o desempenho dos ambientes, identificar equívocos nos projetos e quais acertos obtidos. Desse modo, seria possível formar um conjunto de dados que podem ser somados às condições espaciais facilitadoras trazidas aqui e propiciar a formulação de pré-requisitos e

condições adicionais, os quais só podem ser formulados através de pesquisas mais profundas, os quais serão de grande auxílio para orientar futuros projetos.

A relevância da elaboração deste trabalho está no fato de ter percebido uma conexão entre os três grandes temas abordados, que não aparecem relacionados juntos na literatura. Demonstrou-se aqui a importância do incentivo às Relações Intergeracionais, que elas podem ocorrer através das Comunidades de Aprendizagem e que estas podem fornecer bases para extrapolar a aplicação de seus princípios em diversos outros lugares, buscando propiciar as interações. Destacou-se também de que forma a teoria da Docilidade Ambiental deve ser observada nesses espaços em prol dos idosos e das crianças. Assim, com a compreensão e correlação entre os conceitos, foi possível a formulação de pré-requisitos e de condições espaciais facilitadoras para futuras pesquisas e futuros projetos arquitetônicos ou urbanísticos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Susana M.; Ambientes restauradores; Capítulo 3; pgs. 44-52. In: Temas Básicos em Psicologia Ambiental/ Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (organizadoras). Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- AMÂNCIO, Denise Aparecida Rodrigues. Docilidade ambiental: Espaços de convivência na promoção de qualidade vida de idosos. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Acesso em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6791>
- ARCHDAILY; Projeto transforma espaços ociosos em Hortas Urbanas em Roraima; 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/954815/projeto-transforma-espacos-ociosos-em-hortas-urbanas-em-roraima> Acesso em: 22/07/2022.
- BARTOSZECK, Flavio Kulevicz; BARTOSZECK, Amauri Betini; Neurociência dos seis primeiros anos - implicações educacionais; Fellow in Basic Medical Education; 25f. Departamento de Fisiologia; Laboratório de Neurociência e Educação; UFPR; Curitiba/PR. Disponível em: https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/projeto_estrategico/argumentos_neurologicos_neurociencia_6_prim_anos_bartoszeck.pdf Acesso em: 20/07/2022.
- BRAGA, Fabiana Marini; MELLO, Roseli Rodrigues; Comunidades de Aprendizagem e a participação educativa de familiares e da comunidade: elemento-chave para uma educação de êxito para todos; Revista Educação Unisinos; 2014; maio/agosto; 18(2): 165-175; São Carlos/SP. doi: 10.4013/edu.2014.182.07. Disponível em: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/80/d3fb54d7771b074262975dce8925df16.pdf> Acesso em: 20/07/2022.
- BRANDÃO, Lenisa; SMITH, Vivian; SPERB, Tania Mara; PARENTE, Maria Alice de Mattos Pimenta; Narrativas Intergeracionais; Psicologia: Reflexão e Crítica; Porto Alegre/RS; 19 (1); p. 98-105 ; setembro/2006. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000100014>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/evelhecimento_saude_pessoa_idosa.pdf

CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA: AVALIAÇÃO DOS MARCOS DE DESENVOLVIMENTO; Atenção à criança; Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, Criança e do Adolescente; 2019. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/caderneta-de-saude-da-crianca-avaliacao-dos-marcos-do-desenvolvimento/> Acesso em: 20/07/2022.

CAMBIAGHI, Silvana. Desenho Universal: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas. [livro digital] 4a edição. São Paulo/SP: Senac, 2019. 284p.

CARVALHO, Maria Clotilde Barbosa Nunes Maia de; O diálogo Intergeracional entre idosos e crianças: Projeto: Era uma vez... Atividades Intergeracionais. 2008. 123f., (Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social para obtenção do título de Mestre em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RIO, 2007. Acessado em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.11345>

CAVALCANTE, Sylvia; NÓBREGA, Lana Mara Andrade; Espaço e Lugar; Capítulo 14; pgs. 182-190. In: Temas Básicos em Psicologia Ambiental/ Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (organizadoras). Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

CAVALCANTE, Sylvia; ELIAS, Terezinha Façanha; Apropriação; Capítulo 5; pgs. 63-69. In: Temas Básicos em Psicologia Ambiental/ Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (organizadoras). Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

CRECHE EM LAR DE IDOSOS; Residência Primavera - Centro de convivência e cuidados ao idoso; 2015. Disponível em: <https://www.residenciaprimaveras.com.br/portal-do-idoso/creche-em-lar-de-idosos/>. Acesso em: 20/07/2022.

COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM; Centro de Referências em Educação Integral; 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/comunidade-de-aprendizagem-2/> Acesso em 22/07/2022.

CORRÊA, Vanderlei Moraes; BOLETTI, Rosane Rosner. Ergonomia: fundamentos e aplicações [recurso eletrônico] - Porto Alegre/RS: Bookman, 2015. 131p.

DINIZ, Raquel; ARAÚJO, Ângela Maria da Costa; Permacultura; Capítulo 17; pgs 186 - 196; In: Psicologia Ambiental: conceitos para leitura da relação pessoa-ambiente/ Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (organizadoras), Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

DO ENCONTRO DE GERAÇÕES ENTRE CRIANÇAS E IDOSOS, ENSINAMENTOS PARA A VIDA; Centro de Referências em Educação Integral; 2015. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/experiencias/criancas-sao-estimuladas-adquirir-habilidades-convivio-idosos/> Acesso em: 20/07/2022.

ELALI, Gleice Azambuja. Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 2, n. 2, p. 349-362, dez. 1997. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 26/08/2022.

ELALI, Gleice Azambuja; MEDEIROS, Samia Thaís Feijó; Apego ao Lugar; Capítulo 4; pgs. 53-62. In: *Temas Básicos em Psicologia Ambiental*/ Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (organizadoras). Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

FARIAS, Ivani Stello; *Relação Intergeracional por meio do cultivo de horta domiciliar*; Dissertação; Mestrado em Saúde e Gestão do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí, Univali; Itajaí/SC; 2016; 66p.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho; SILVA, Alcina Maria Testa Braz da; BARRETO, Márcia Simão Linhares; Programas intergeracionais: quão relevantes eles podem ser para a sociedade brasileira? Revista Brasileira de Geriatria; Gerontologia; Rio de Janeiro; 2010; 13 (3): 519 -531. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v13n3/a17v13n3.pdf> ; Acesso em: 20/07/2022.

GONÇALVES, Bibiana Pereira; Estudo de Componentes afetivos e funcionais em idosos residentes em instituições de longa permanência (dissertação): recomendações para a arquitetura; orientador: Tarcísio Vanzin, 2017. 187p.

GÜINTER, Isolda de Araújo; ELALI, Gleice Azambuja; Docilidade Ambiental; Capítulo 4; pgs 47-59; In: Psicologia Ambiental: conceitos para leitura da relação pessoa-ambiente/ Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (organizadoras), Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

GVOZD RD, MARA SG. Velhice e a relação com idosos: o olhar de adolescentes do ensino fundamental. Rev. bras. geriatr. gerontol. 2012;15(2):295-304. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1809-98232012000200012>

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; ALBUQUERQUE, Dayse da Silva (organizadoras) Cronologias na relação pessoa-ambiente. Curitiba/PR: CRV, 2022. 468p.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; THEODOROVITZ, Igor José; Territorialidade (s); Capítulo 21; pgs 228 - 236; In: Psicologia Ambiental: conceitos para leitura da relação pessoa-ambiente/ Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (organizadoras), Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

INCLUDED, Estratégias para Inclusão e Coesão Social na Europa a partir da Educação, Universidade de Barcelona. Disponível em: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/26/2944b1fd4df2988d4fa0a95f796cec1b.pdf> Acesso em: 22/07/2022.

INTEGRAÇÃO REÚNE IDOSOS E CRIANÇAS EM ESCOLA DE SANTOS; Prefeitura de Santos/SP; 2019. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/integracao-reune-idosos-e-criancas-em-escola-de-santos> Acesso em: 22/07/2022.

KUHNEN, Ariane; Percepção Ambiental; Capítulo 21; pgs. 250-266. In: Temas Básicos em Psicologia Ambiental/ Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (organizadoras). Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

KUHNEN, Ariane; MOREIRA, Ana Rosa Costa Picanço; PERES, Patrícia Maria Schubert; *Open Spaces* (Espaços Livres Públicos); Capítulo 13; pgs 149 - 158; In: Psicologia Ambiental: conceitos para leitura da relação pessoa-ambiente/ Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (organizadoras), Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

LEMOS, Daisy Puccini; O Serviço Social e o Projeto Era Uma Vez... Atividades Intergeracionais: Uma experiência de estágio no Serviço Social do Comércio - SESC; 2004; 52f. TCC; Título de Bacharel em Serviço Social; Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Florianópolis/SC. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial288027.PDF> Acesso em: 20/07/2022.

MASSI, Giselle; SANTOS, Aline Romão dos; BERBERIAN, Ana Paula; ZIESEMER, Nadine de Biagi; Impacto de atividades dialógicas intergeracionais na percepção de crianças, adolescentes e idosos. Revista Cefac, 2016 Mar-Abr; 18(2): 399-407. doi: 10.1590/1982-0216201618223015. Acessado em: <https://www.scielo.br/pdf/rcefac/v18n2/1982-0216-rcefac-18-02-00399.pdf>

MELO BAPTISTA, B.; SAATKAMP, J.; DE OLIVEIRA, D.; SANTANA PIRES, M.; MORGANA SILVA TAVARES, G. O jovem x idoso: relatos de experiências proporcionadas pelo Programa Ativa Idade da Universidade Federal do Pampa. Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 4, n. 3, 15 mar. 2013.

MELLO, Roseli Rodrigues de; BRAGA, Fabiana Marini; GABASSA, Vanessa; Comunidade de Aprendizagem [livro eletrônico]: outra escola é possível; Ed UFSCar, São Carlos; 2012; 2637p.

- MENEGHETTI, FRANCIS KANASHIRO; O que é um ensaio-teórico? Documentos e Debates • Rev. Adm. contemp. 15 (2) • Abr 2011; doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>
- MILANEZE, Giovana Leticia Schindler; Contribuições para Projetos de Arquitetura das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), com base na análise de instituições de Criciúma/SC; 2013; 271. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Florianópolis/SC.
- MOURÃO, Ada Raquel Teixeira; CAVALCANTE, Sylvia; Identidade de Lugar; Capítulo 17; pgs. 208-216. In: Temas Básicos em Psicologia Ambiental/ Sylvia Cavalcante, Gleice A. Elali (organizadoras). Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- NATUREZA ESCOLA: Escola de permacultura itinerante. Disponível em: <https://escoladepermacultura.wordpress.com> Acesso em: 22/07/2022.
- NEGREIROS CTF, SILVA SRS, SANTOS CCT, ARANTES AA, CARVALHO-FILHA FSS, MORAES- FILHO IM. Desenvolvimento infantil e suas respectivas fases motoras. REVISA.2019;8(4): 378-81. Doi: <https://doi.org/10.36239/revisa.v8.n4.p378a381>
- NEUFERT, Ernst. FRANCO, Benelisa (tradutor). Arte de projetar em arquitetura. 18a edição. Editora Gustavo Gili: 2013.
- NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. Percepção ambiental como estratégia de investigação em arquitetura: um estudo de caso. Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 44–52, 2018. DOI: 10.21680/2448-296X.2018v3n1ID16629. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/16629>. Acesso em: 25 set. 2022.
- O QUE PODEMOS APRENDER COM AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS. Portal do envelhecimento. 2014. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/o-que-podemos-aprender-com-as-relacoes-intergeracionais/> Acesso em: 20/07/2022

O QUE É UMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM? Comunidade de Aprendizagem. Disponível em: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/o-projeto> Acesso em: 20/07/2022.

PINEZI AKM, MENEZES MA, CAVALCANTE AS. Memória de idosos: As narrativas em diferentes espaços de interação social. *Civitas*. 2014;14(2):341-58. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17155/1477>

PEDROSO, Jorge. Encontro na Luiz G. Ayroso marca o início do Programa Intergeracional. Prefeitura de Jaraguá do Sul; 2018. Disponível em: <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/news/encontro-na-escola-luiz-gonzaga-ayroso-marca-in-cio-do-programa-intergeracional> Acesso em: 20/07/2022.

PEDROSO, Emmanuel Sá Resende; AGUIAR, Joyce Falci de; A Pré-Escola e o Centro de Convivência para idosos enquanto cenários de relações intergeracionais; *Anais do Congresso Internacional de Envelhecimento Humano - CIEH*; 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2017/TRABALHO_EV075_MD2_SA16_ID1973_16102017145045.pdf Acesso em: 20/07/2022.

VIEIRA, Larissa Ribeiro Cabral; CARDEAL, Catharina Castro . Neurociência como meio de repensar a arquitetura : formas de contribuição para a qualidade de vida. *Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.]*, v. 6, n. 3, p. 55, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/9980>. Acesso em: 24 set. 2022.

RAYMUNDO, Luana dos Santos; Ambiente Físico e desenvolvimento psicológico: investigação do comportamento da criança no espaço de parque das instituições de educação infantil; 2010; 197f; Dissertação; orientadora: Ariane Kuhnen; Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Florianópolis/SC.

SILVEIRA, Bettieli Barboza; FELIPPE, Maíra Longhinotti; SCHÜTZ, Natanna Taynara; Ambientes Restauradores: Conceitos e Definições. Capítulo 1. Pgs. 9 -22. In: Ambientes Restauradores: Conceitos e Pesquisas em contextos de saúde; Bettieli Barboza Silveira e Maíra Longhinotti (organizadoras). Dados Eletrônicos. 1 ed. Florianópolis/SC: UFSC, 2019. Disponível em: <<http://lapam.cfh.ufsc.br/>>

SANTOS, Divina de Fátima dos; Relações Intergeracionais: palavras que estimulam; 2010; 128f. Dissertação; (Mestrado em Gerontologia); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; São Paulo/SP. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12610/1/DIVINA%20DE%20FATIMA%20DOS%20SANTOS.pdf>

SOBRE COMUNIDADES DE APRENDIZAGEM. Comunidades de Aprendizagem em Portugal. 2021. Disponível em: <https://comunidades-aprendizagem.dge.mec.pt/pt/apresentacao/sobre-comunidades-de-aprendizagem> Acesso em: 20/07/2022

UHLENBERG, Peter, *The Gerontologist*, Volume 40, Issue 3, 1 June 2000, Pages 276–279, <https://doi.org/10.1093/geront/40.3.276> Published: 01 June, 2000.

APÊNDICE

POSTAGEM 1 - instagram - carrossel com 9 fotos e texto com 1.505 caracteres.

Texto: Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista. Trata sobre o relacionamento intergeracional entre idosos e crianças. E a partir da análise das características das Comunidades de Aprendizagem e da compreensão da teoria da Docilidade Ambiental, visou demonstrar como a relação entre esses dois grandes conceitos pode influenciar nas propostas projetuais de espaços que permitam a ocorrência do contato entre gerações. O objetivo é buscar respostas de como deve ser o ambiente para a realização de atividades que beneficiem as relações intergeracionais. Com a compreensão dos princípios formadores das Comunidades de Aprendizagem, percebeu-se que o mesmo pode ser aplicado a qualquer tipo de ambiente e que sendo aplicados a espaços em que a Docilidade Ambiental se faz presente, torna-se muito mais fácil a ocorrência de relações intergeracionais entre crianças e idosos. A partir desse estudo e do entendimento de conceitos da Psicologia Ambiental formularam-se condições espaciais facilitadoras que servirão de orientação para futuros projetos arquitetônicos.

Autora: Maria Hilda Borges de Camargo Costa.

TCC disponível no site do Repositório da Biblioteca Universitária - UFSC - TCCs de Arquitetura e Urbanismo, ano de 2022, link: (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/7443>)

e-book com a síntese deste estudo, disponibilizado no site do Laboratório de Psicologia Ambiental - LAPAM (<https://lapam.cfh.ufsc.br/>).

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 5



FOTO 6



FOTO 7



POSTAGEM 2 - instagram - carrossel com 10 fotos e texto com 1.625 caracteres.

Texto: Apresentam-se os pré-requisitos elaborados pelo trabalho, que são orientações sobre as condições necessárias ou desejadas à implementação de um lugar promotor de relações intergeracionais. São requisitos, premissas mínimas para que as Condições Espaciais Facilitadoras possam acontecer efetivamente em projetos arquitetônicos ou urbanísticos. A elaboração desses pré-requisitos vem da pesquisa sobre os temas da Psicologia Ambiental, principalmente como meio de aplicação da Teoria da Docilidade Ambiental, que nos fornece elementos importantes para propiciar a melhor relação entre a pessoa-ambiente ao seu entorno. Um ambiente dócil é aquele que contém características que otimizam o uso das capacidades pessoais e que permitem o desempenho das suas habilidades. Ou seja, permitem o fácil deslocamento e a usabilidade. As características do ambiente devem também levar em consideração a orientação espacial, o conforto térmico, acústico e de iluminação, e possuir mobiliário de apoio apropriado às atividades e necessidades dos usuários, permitindo, assim, que as relações intergeracionais ocorram da melhor maneira possível.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista - acadêmica Maria Hilda Borges de Camargo Costa.

TCC disponível no site do Repositório da Biblioteca Universitária - UFSC - TCCs de Arquitetura e Urbanismo, ano de 2022, link: (<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/7443>)

e-book com a síntese deste estudo, disponibilizado no site do Laboratório de Psicologia Ambiental - LAPAM (<https://lapam.cfh.ufsc.br/>).

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9



FOTO 10



POSTAGEM 3 - instagram - carrossel com 10 fotos e texto com 1.620 caracteres.

Texto: A partir do estudo teórico sobre os conceitos abordados neste trabalho e da análise das experiências relatadas, apresentam-se as Condições Espaciais Facilitadoras que poderão servir de base para a elaboração de projetos arquitetônicos ou urbanísticos sobre o tema. Essas são orientações que compõem o processo projetual, um instrumento que orienta as decisões projetuais para criar condições favoráveis para que a relação pessoa-ambiente ocorra da melhor forma.

A relevância da elaboração deste trabalho está no fato de ter percebido uma conexão entre os três grandes temas abordados, que não aparecem relacionados juntos na literatura. Demonstrou-se a importância do incentivo às Relações Intergeracionais, que podem ocorrer através das Comunidades de Aprendizagem, as quais podem fornecer bases para extrapolar a aplicação de seus princípios a diversos outros lugares, buscando propiciar as interações. Destacou-se também de que forma a Teoria da Docilidade Ambiental deve ser observada nesses espaços em prol dos idosos e das crianças. Assim, com a compreensão e correlação entre os conceitos, foi possível a formulação dos pré-requisitos e destas condições espaciais facilitadoras.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista - acadêmica Maria Hilda Costa.

TCC disponível no site do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, link: (<https://arq.ufsc.br/tcc/index.php?ctrl=index&act=view&id=415>)

e-book com a síntese deste estudo, disponibilizado no site do Laboratório de Psicologia Ambiental - LAPAM (<https://lapam.cfh.ufsc.br/>).

FOTO 1



FOTO 2



FOTO 3



FOTO 4



FOTO 5



FOTO 6



FOTO 7



FOTO 8



FOTO 9



FOTO 10

